

Ministério
da Cultura



Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

IPHAN



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

UFAL

FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO DE EXTENSÃO E PESQUISA
FUNDEPES

PROJETO DE PESQUISA

***MAPEAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
IMATERIAL DE ALAGOAS***

RELATÓRIO FINAL

Março de 2008

EQUIPE RESPONSÁVEL

Pesquisadores:

(Docentes)

Bruno César Cavalcanti
Celso Quintela Brandão
Geísa Brayner Ramalho
Paula Yone Stroh (Coordenação)
Rachel Rocha de Almeida Barros

Assistentes de Pesquisa:

(Estudantes bolsistas)

Breno Matias de Albuquerque
Emerson Mamede Ferreira
Larissa Lisboa
Leonel Cavalcanti Lisboa Neto
Lisandra Pereira dos Santos
Maira A. Henrique Paiva
Osvaldo dos Reis Mendonça
Thyago Antony Soares de Lima

(Estudante voluntário)

Carlos Jorge Thiago Araújo Filho

Apoio Técnico:

Bárbara Virgínia (Biblioteconomia/UFAL)
Maristher Moura Vasconcelos (História/UFAL)
Evandro Domingues (IPHAN/AL)
Laboratório de Geoprocessamento Aplicado
(LGA/IGDEMA/UFAL)



Fonte: IBGE, 2005
 Elaboração: Autores do Atlas Escolar Alagoas

AGRADECIMENTOS

A equipe agradece:

A todos os dirigentes e ao pessoal técnico-administrativo dos acervos públicos pela liberação da coleta das informações que possibilitaram a consecução da pesquisa.

A Edécio Lopes, radialista e colecionador de música popular brasileira, à Sra Verônica, viúva do professor e folclorista Ranilson França. E aos demais colecionadores que franquearam o acesso de seus acervos particulares, igualmente propiciando o adensamento da pesquisa: o cineasta e documentarista Pedro da Rocha, o médico e colecionador Gustavo Quintela, e a professora e pesquisadora de cultura popular Telma César Cavalcanti. Sem a disponibilização destes acervos particulares e as indicações de seus proprietários a pesquisa não teria a extensão alcançada.

Ao escritório local do Iphan, em particular a Evandro Domingues, pelo interesse com que acompanhou o processo da pesquisa e auxiliou nas consultas junto ao DPI. À Rívia Bandeira, do DPI, pelo treinamento na metodologia de operação das planilhas do Iphan para o registro do patrimônio cultural imaterial.

À Universidade Federal de Alagoas, particularmente pelo apoio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação e do Laboratório de Geoprocessamento Aplicado do IGDEMA/UFAL.

ÍNDICE

Agradecimentos

Apresentação	06
1. Elementos da Ocupação Territorial: colonização, organização produtiva e formação social de Alagoas	08
2. Metodologia da Pesquisa	15
2.1 O INRC como base da pesquisa.....	15
2.2 Organização da equipe e processo de trabalho.....	15
2.3 Dificuldades encontradas e soluções propostas.....	16
3. Acervos Pesquisados: dimensões e condições gerais	18
3.1 Acervos públicos.....	18
3.2 Acervos privados.....	26
4. As Categorias do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas..	29
4.1 Incidência das categorias do patrimônio cultural imaterial de Alagoas.....	29
4.1.1 Ofícios e modos de fazer.....	30
4.1.2 Formas de expressão.....	32
4.1.3 Lugares.....	35
4.1.4 Celebrações.....	40
4.1.5 Edificações.....	42
4.2 Distribuição espacial do conjunto das referências do patrimônio cultural imaterial de Alagoas.....	46
4.2.1 Ofícios e modos de fazer.....	47
4.2.2 Formas de expressão.....	48
4.2.3 Lugares.....	49
4.2.4 Celebrações.....	50
4.2.5 Edificações.....	51
4.2.6 Mapa geral da distribuição territorial do patrimônio cultural imaterial de Alagoas.....	52
5. Conclusões	53
Referências Bibliográficas	54

Apresentação

Este relatório apresenta os resultados da pesquisa bibliográfica e documental, denominada *Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial de Alagoas* e realizada em arquivos públicos e particulares na cidade de Maceió. Trata-se de um estudo acerca das especificidades culturais de Alagoas segundo o conceito de patrimônio imaterial adotado pelo Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI/IPHAN/MINC), e seguindo as diretrizes do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC, 2000); que define e estabelece a abrangência concernente às seguintes referências culturais:

- 1) Ofícios e modos de fazer;
- 2) Formas de Expressão;
- 3) Lugares;
- 4) Celebrações;
- 5) Edificações.

Assim, juntamente com o preenchimento das planilhas Excel (específicas para cada uma das referências culturais supracitadas) oriundo do levantamento de documentação bibliográfica, iconográfica e audiovisual, além do material fotográfico reunido e anexado em CD-ROM, o presente relatório integra e completa o conjunto dos dados obtidos no trabalho da equipe de pesquisa organizada no âmbito da Universidade Federal de Alagoas, a partir da proposta contemplada pelo Edital PNPI de 2006, visando a investigação e sistematização de fontes documentais referentes ao patrimônio cultural imaterial alagoano.

Como se verá neste relatório, o volume de informações disponibilizadas pelos acervos consultados aponta para a existência de uma expressiva manifestação de referências culturais imateriais de todo o Estado de Alagoas, conforme já ilustrado preliminarmente no relatório parcial encaminhado ao IPHAN no segundo semestre de 2007. Cabe afirmar que a maior parte do conjunto de referências presentes no território de Alagoas revela a variedade local da cultura popular tradicional, o que traduz a expressividade das contribuições do Estado para a própria diversidade cultural brasileira. Dado que a porção leste do território (Zona da Mata e Litoral) é aquela de colonização e povoação mais remota, e onde se encontram os municípios econômica e demograficamente importantes do Estado, há maior diversidade e incidência das referências estudadas nesta pesquisa.

Os resultados alcançados apresentam a abrangência territorial das referências culturais encontradas na diversidade do tempo-espaço da história, da geografia, da sociedade e da cultura em Alagoas. Contudo, ainda não é um quadro completo; dentre outras razões, dada as limitações dos acervos pesquisados e ao fato de se tratar de um levantamento levado a efeito apenas na cidade de Maceió.

Deste modo, a quem interesse ser introduzido nas referências culturais de Alagoas e seus habitantes, este produto oferece um guia ou roteiro de viagem bibliográfica e documental pelo universo simbólico, geocultural e sócio-antropológico acerca de lugares, mitos, lendas, saberes, memórias, ofícios, assim como de instituições, indivíduos e grupos sociais que vivem, expressam, fundamentam ou sustentam a criação e a reprodução das idéias do que seja a cultura alagoana.

Vale acrescentar que este relatório é ilustrado com alguns mapas sobre a configuração física, histórica e sócio-política de Alagoas, com o fito de contribuir com o leitor não familiarizado com a história e a cultura do território em questão. Por último, este produto oferece um conjunto de mapas da incidência e distribuição espacial das referências do patrimônio cultural imaterial de Alagoas.

I

Elementos da Ocupação Territorial: Colonização, organização produtiva e formação social de Alagoas.

O atual Estado de Alagoas, com seus 27.767,66 Km², se constituiu, como se sabe, a partir do desmembramento da antiga Capitania de Pernambuco; fato este levado a efeito após o malogro da chamada revolução pernambucana de 1817. Contudo, na opinião de alguns estudiosos, o relativo isolamento da vida social de base predominantemente rural nos autoriza a demarcar o advento de uma configuração sociocultural ainda anterior às formalizações que se seguiram a esses acontecimentos conflituosos da segunda década do século XIX envolvendo a Coroa portuguesa e os insurgentes pernambucanos.

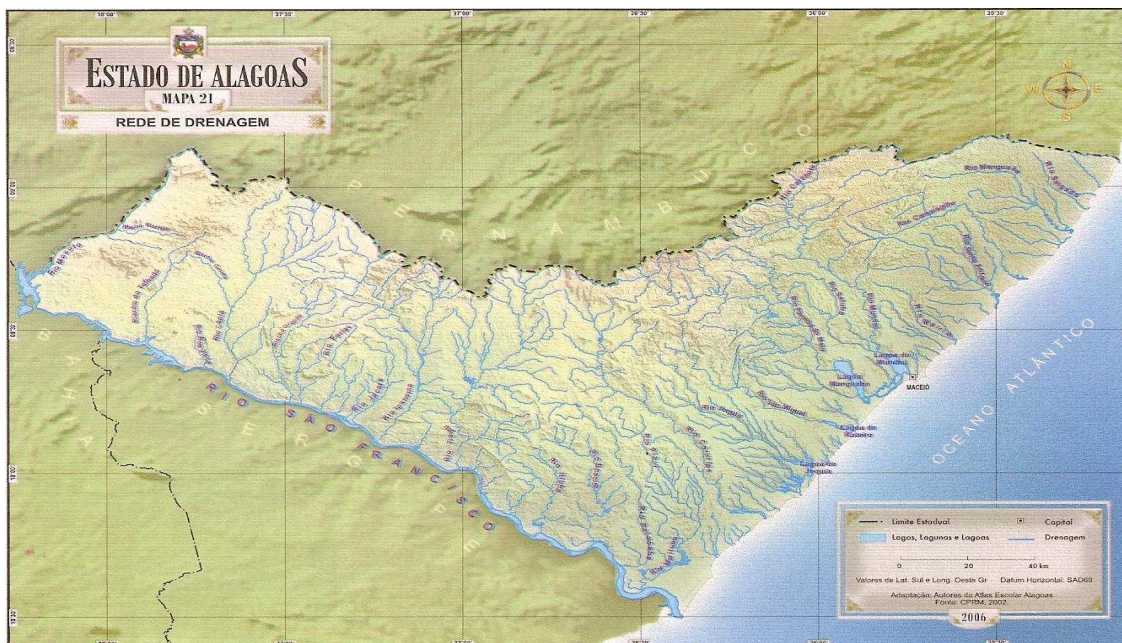
A ocupação colonial de Alagoas se deu através de seu trato costeiro - numa expansão para o Sul do domínio militar e político dos potentados que ocuparam e colonizaram a antiga Capitania de Pernambuco, criada em 1534, desde o rio *Igarassú* - com a expulsão e dizimação das populações autóctones e a derrubada de porções expressivas de Mata Atlântica para a fundação de uma sociedade de base agrícola voltada para a defesa da terra conquistada, para o extrativismo da madeira e de outras especiarias de menor importância comercial e, sobretudo, para a produção da cana-de-açúcar e a criação do gado. Foi esta ocupação costeira o modelo padrão de toda a colonização portuguesa do Brasil nos primeiros séculos, que só muito desigual e lentamente penetraria e povoaria o interior do futuro país.

A denominação do Estado, Alagoas, alude à riqueza e importância das águas, através de suas 23 principais bacias hidrográficas, contando-se aí diversas lagoas, notadamente a *Mundaú* e a *Manguaba* situadas logo ao Sul da capital do Estado. Tal abundância de leitos fluviais abrange a quase a totalidade das terras e reforça o sentido de um slogan de *marketing*, que traduz Alagoas como "paraíso das águas", em uma clara alusão ao "turismo de sol e mar", ou seja, à valorização dos elementos naturais em detrimento das referências à história e cultura locais.

Este cenário natural proporcionou as condições ideais para a fixação do colonizador nas fazendas e engenhos de açúcar e o escoamento de gêneros agrícolas deles dependente; e advento dos primeiros núcleos urbanos às margens dos principais rios e lagoas.

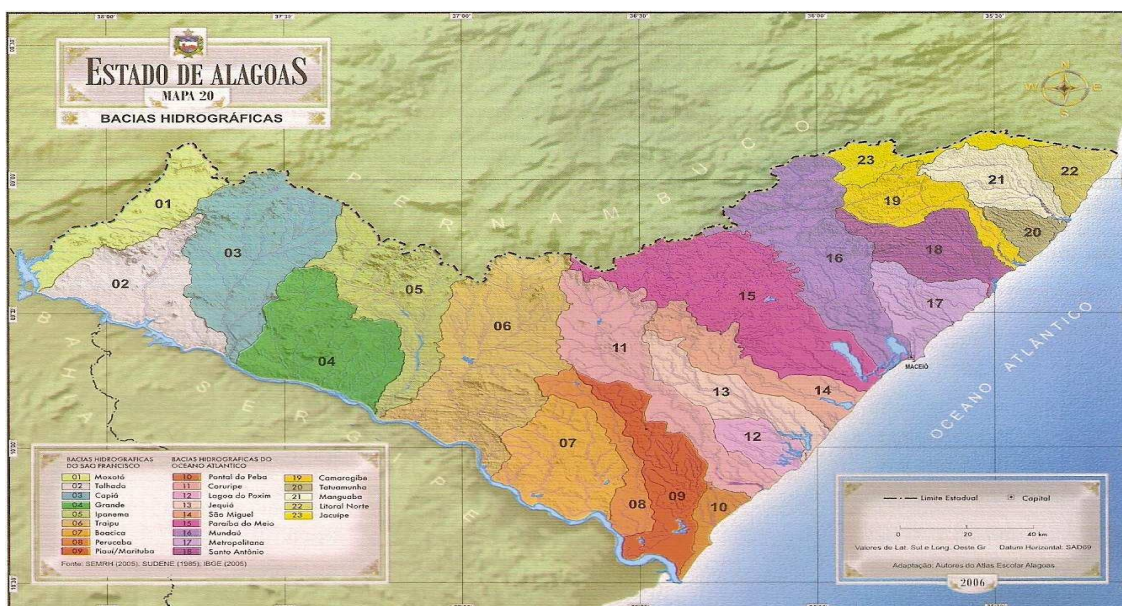
Os dois mapas a seguir ilustram os motivos da denominação do território e trazem a nomeação de suas principais bacias hidrográficas. Estas, dado o desmatamento acelerado e outros fatores climáticos, sofreram, em alguns casos, uma drástica diminuição na vazão de rios e afluentes.

Mapa da rede de drenagem do território Alagoano



Fonte: Assis et al. Atlas Escolar de Alagoas, 2007, p.58.

Mapa das principais bacias hidrográficas de Alagoas



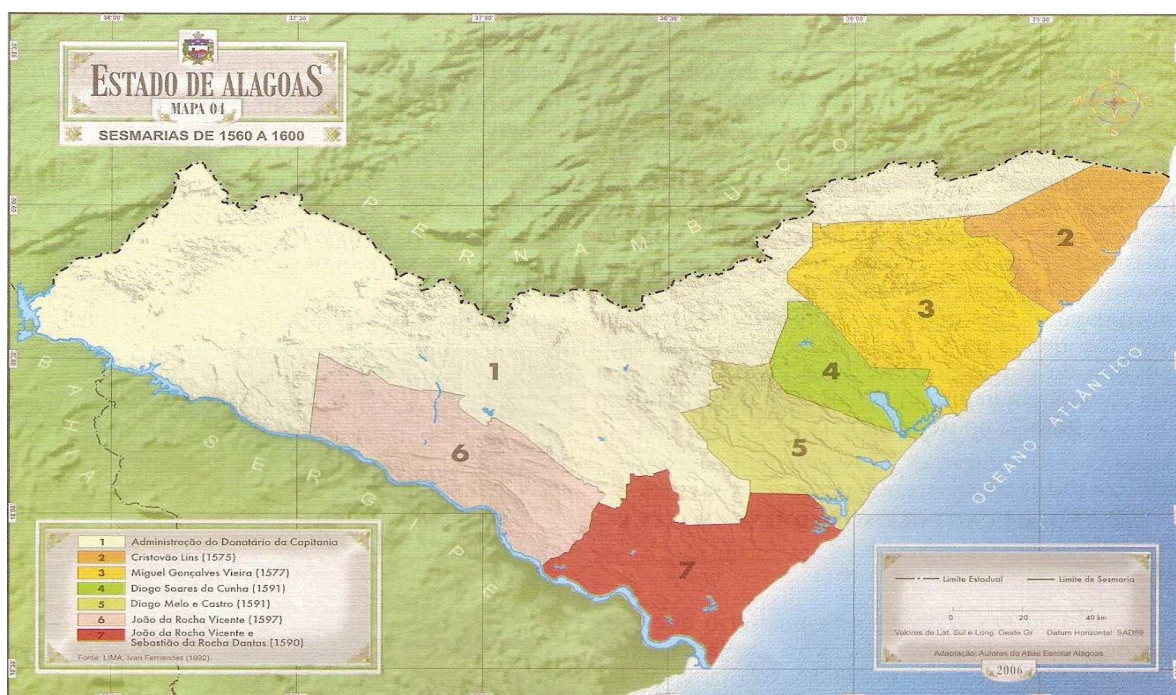
Fonte: Assis et al. Atlas Escolar de Alagoas, 2007, p.58.

No que concerne aos acontecimentos do passado que fizeram do espaço alagoano uma referência para os estudos históricos da colonização brasileira, e o *locus* de disputas políticas, militares e econômicas na Colônia portuguesa, contam-se: 1) o aprisionamento e consumação ritual do Bispo Sardinha, na parte Sul do litoral; 2) a saga do Quilombo dos Palmares, na parte central da Zona da Mata; e 3) o episódio que resultou na prisão e morte de Calabar, na vila de Porto Calvo ao

Norte. O fato é que somente após esses violentos embates entre colonizadores e as populações de índios, africanos e/ou mestiços, teve início, de modo mais efetivo e permanente, a formação social que resultaria, no século XIX, na criação do atual Estado de Alagoas. Assim, tivemos um maior desenvolvimento de vilas, freguesias e comarcas caracterizadas pelo forte mandonismo local e pela dependência do poder econômico de base agrária que foi se delineando a partir do modelo de ocupação colonial incentivado através da concessão de grandes extensões territoriais à iniciativa individual de uns poucos.

Seguindo-se o mapa abaixo, é possível observar como o atual território alagoano, através da divisão em sesmarias ainda no século XVI, dava lugar a um tipo particular de ocupação humana que iria caracterizar econômica, cultural e sociologicamente a empresa colonial, a saber: a produção da monocultura da cana-de-açúcar baseada no grande latifúndio e na exportação, no emprego intensivo da mão-de-obra escrava do africano e no domínio econômico e político de algumas poucas famílias¹.

Mapa das sesmarias e seus proprietários em Alagoas – 1560 a 1600



Fonte: Assis et al. **Atlas Escolar de Alagoas**, 2007, p. 18 [a partir de Ivan Fernandes Lima, **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas**, 1992] .

Tal processo de ocupação colonial teve início a partir do governo do segundo donatário da Capitania de Pernambuco, Duarte Coelho de Albuquerque, que

¹ Para uma descrição comentada sobre os sesmeiros iniciais da Costa alagoana e os limites territoriais de seus domínios, veja-se a **Geografia do Brasil Holandês** (Casculo, 1956:153-156).

alcançou as terras à margem do Rio São Francisco dizimando grupos indígenas resistentes – a chamada *guerra santa*², ideologicamente justificada como reparação ao episódio do Bispo Sardinha - e fundando ali o povoamento que posteriormente daria origem à cidade de Penedo, então um dos mais importantes núcleos populacionais, à margem do rio São Francisco, juntamente com a Vila de Santa Maria Madalena do Sul (atual cidade de Marechal Deodoro), à margem da Lagoa *Manguaba*, e a vila (hoje cidade) de Porto Calvo, no Norte do território e recuada da vulnerabilidade do litoral às investidas inimigas.

De modo mais efetivo, este processo se consolidou somente após as guerras com os invasores holandeses, em meados do século XVII, prosseguindo entre os séculos XVIII e XIX. A dependência desses núcleos urbanos do poder político e econômico oriundo das famílias de proprietários rurais é tão presente no decorrer da história alagoana que mesmo sua capital, Maceió, cidade tardia do período imperial e também originada a partir de engenho de açúcar.

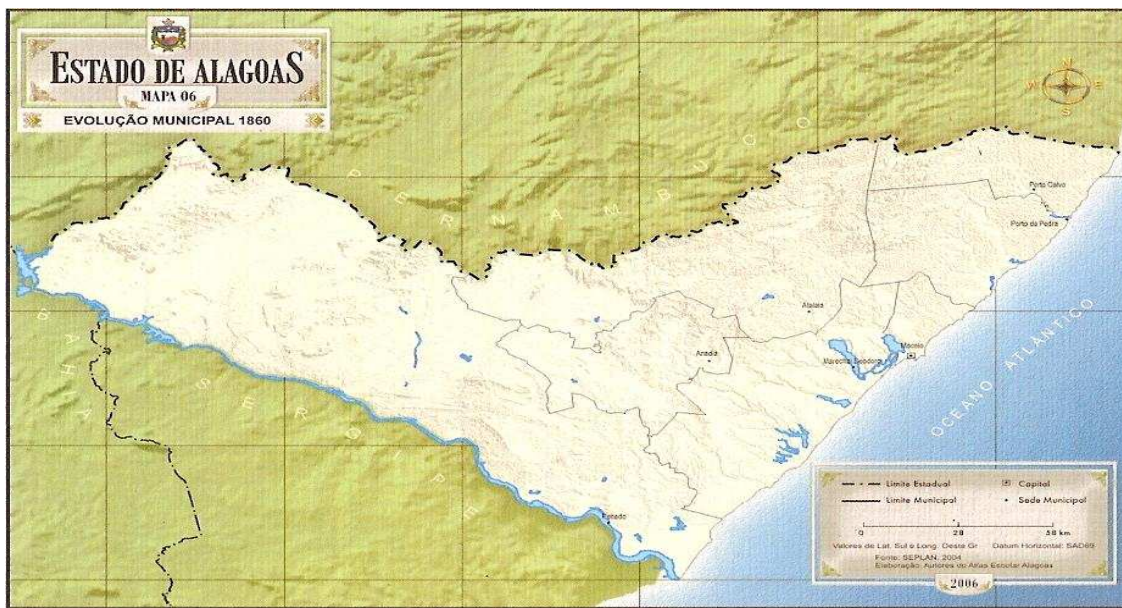
Esta característica de baixo adensamento populacional em núcleos urbanos no interior do território talvez ajude a compreender a situação atual dos registros por encontrados, dos quais, a maior concentração das referências culturais do patrimônio imaterial encontra-se na faixa das terras povoadas com a empresa açucareira na Zona da Mata e Costa litorânea, onde se formaram as mais antigas e expressivas vilas e cidades. O fato é que a doação das sesmarias obedecia ao critério de divisão em faixas de terras que iam do litoral ao interior cujos limites se perdiam nas extensões das matas; tendo quase todas elas gerado povoações ribeirinhas e costeiras. O que ainda explicaria a conservação por séculos de generosas porções da mata nativa há alguns poucos quilômetros do trato costeiro³.

As grandes propriedades rurais que até o presente definem a ocupação produtiva do solo alagoano, deste modo, favoreceram o lento processo de criação de núcleos urbanos expressivos (municípios), como se pode observar no intervalo de um século que separa os dois mapas seguintes concernentes aos séculos XIX e XX:

² Amparando-se em Pereira da Costa, Cascudo (1956:153) afirma que esta ação virulenta sobre os *Caetés* situados na parte Sul do litoral alagoano teve início em 1560, e estendeu-se por cerca de “cinco anos terríveis”.

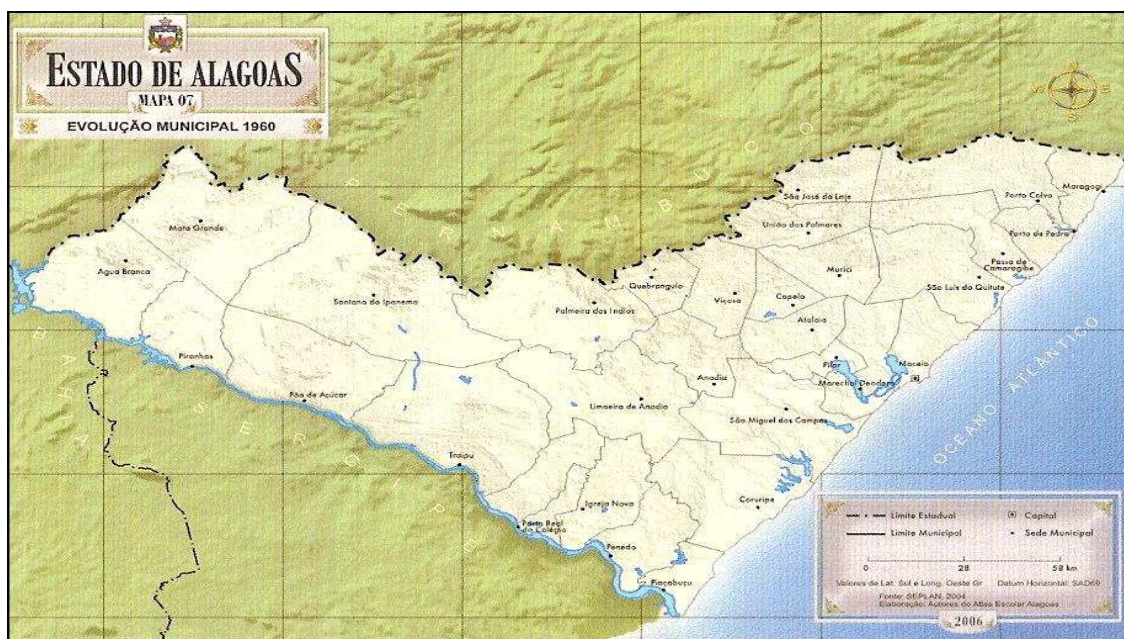
³ A diminuição das matas nativas recrudescer com o desenvolvimento das modernas usinas de açúcar em meados do século XX, cuja tecnologia de produção demandava maiores extensões territoriais do que os velhos engenhos bangüês. Por outro lado, e conforme relata com abundância a literatura especializada desde o século XVI, as matas alagoanas eram pródigas em madeira de lei, especialmente úteis para o fabrico de embarcações, motivo pelo qual por volta da virada dos séculos XVIII e XIX “houve um certo movimento em prol das riquezas florestais locais [...] José de Mendonça de Matos Moreira passou a exercer o cargo de conservador das matas, função que só existiu em Alagoas, e que tinha por fim velar pela extração e corte das madeiras de modo a preservar as nossas riquezas” (Brandão, 1981:34-35).

Mapa da distribuição dos municípios alagoanos, em 1860



Fonte: Assis et al. Atlas Escolar de Alagoas, 2007, p.21.

Mapa da distribuição dos municípios alagoanos, em 1960



Fonte: idem.

Por outro lado, a forte presença do trabalho escravo nas fazendas e engenhos desde meados do século XVI foi um fator decisivo para a característica marcante de ser Alagoas uma das áreas de maior influência lingüística dos africanos – destacadamente dos contingentes de origem *bantu* – sobre o português

falado no Brasil e na toponímica do território (Cf. Marroquim, 1992; Mendonça, 1935; Cascudo, 1956).

Difusão da população escrava no Brasil, segundo a origem étnica



Fonte: Arthur Ramos, *As Culturas Negras no Novo Mundo*, p. 181

Outro aspecto característico de Alagoas é ainda o seu reconhecido folclore negro oriundo dos engenhos de açúcar da Zona da Mata alagoana (Cf. Duarte, 1975; Ramos, 1935).

Também obedecendo à lógica da dominação colonial costeira oriunda do Norte em direção ao Sul, temos que as terras então mais longínquas, como aquelas próximas à foz do rio São Francisco e, a partir deste, rumando para o Sertão – mas o mesmo podendo afirmar-se sobre aquelas localizadas no além-fronteira da Zona da Mata com o Agreste/Sertão – foram as áreas onde por mais tempo resistiram as populações indígenas, e onde se concentram a quase totalidade dos grupos hoje remanescentes, cuja influência sobre a cultura do território é menos visível para o conjunto da população, embora presente em algumas técnicas artesanais (notadamente o artesanato em palha de comunidades do litoral Sul) ou na culinária (à base de mandioca) e, destacadamente, na toponímia alagoana.

Os virulentos combates entre colonizadores e indígenas – estes últimos emblematicamente resumidos na figura dos grupos de tupinambá conhecidos por *Caetés*, e contra os negros escravos fugidos, cuja epopéia palmarina é a melhor

tradução – podem ser vistos como momentos fundantes da formação social amparada sob o signo da violência e do mandonismo político local.

Também a presença das Matas na vida local foi marcante no passado. As mais representativas rebeliões que se deram ao longo da história tiveram ali seu cenário privilegiado. Foi o caso do grande quilombo dos Palmares, no século XVII, cujo epicentro se encontrava nas matas centrais do território, onde se concentrava o comando de Zumbi e seus liderados nas matas próximas ao atual município de União dos Palmares; ou ainda por ocasião da guerra dos Cabanos, nas matas localizadas ao Norte em meados do século XIX (na área onde hoje se encontra o município de Jacuípe).

A propósito desta importância das matas na vida e no imaginário alagoanos, Manuel Diegues Jr. (1958) destaca o que chamou de o “ciclo do caboclo” do folclore de Alagoas, aludindo às figuras da *Caipora*, do *Pai-da-Mata*, das *Fulôzinhas*, do *Curupira* e outros elementos da mítica popular. Também Câmara Cascudo (1976:333-338), baseando-se em notas de Théo Brandão, cita os mitos presentes nesta área do território alagoano: o *Fogo-Corredor*, o *Mula-de-Padre* (ou *Mula-sem-Cabeça*), o *Papa-Figo*, o *Bicho da Usina Uruba*, o *Homem do Surrão*, o *Anjo-Corredor*, a *Cachorra da Palmeira*, o *Rasga-Mortalha*, o *Pai do Mato*, e o *Zumbi de Cavallo*.

2 Metodologia da Pesquisa

2.1 O INRC como base da pesquisa

A pesquisa acerca das referências do patrimônio cultural imaterial de Alagoas segue os critérios adotados pelo IPHAN e, assim, integra o esforço deste órgão em “identificar, documentar e registrar sistematicamente os bens culturais expressivos da diversidade cultural brasileira”. A metodologia do IPHAN para o levantamento de dados sobre patrimônio cultural imaterial, como se sabe, possui particularidades inerentes a essa classe de fenômenos, a cultura imaterial e a presente investigação, guarda vinculações com a etapa primeira do processo de identificação e registro dos bens culturais. Qual seja, a de “propiciar a sistematização das fontes e documentos disponíveis sobre a formação cultural de localidades e grupos humanos bem delimitados”⁴.

Deste modo, o recorte do universo que se buscou atingir nessa pesquisa foi o território do estado de Alagoas, através de consulta aos acervos públicos e privados existentes em sua capital, Maceió. Trata-se de uma pesquisa inicial, mas de caráter abrangente, com vistas ao levantamento primário de fontes de referências documentais capazes de, futuramente, proporcionar melhores condições à investigação mais focal acerca de temas e/ou grupos sociais específicos; e entre outros fins, para a própria solicitação de registros junto ao IPHAN de determinadas manifestações culturais existentes em Alagoas.

2.2 Organização da equipe e processo de trabalho

A equipe de pesquisa foi constituída de professores e estudantes de graduação da Universidade Federal de Alagoas, de diferentes áreas do conhecimento, mas que mantém vínculos de interesse com a temática do patrimônio cultural. Cada professor integrante do grupo de pesquisa sugeriu nomes de estudantes de seus respectivos cursos e áreas de atuação, de modo a proporcionar um primeiro alinhamento de todos os envolvidos com a natureza da pesquisa e seu foco específico em torno do tema do patrimônio cultural imaterial alagoano.

Após este primeiro momento, foi desenvolvido um programa interno de atuação conjunta, que significou a seleção e posterior discussão de material

⁴ Cf. Antonio Augusto Arantes, *Introdução*, in **Inventário Nacional de Referências Culturais – manual de aplicação**, 2000, pp. 23-24.

bibliográfico acerca do tema do patrimônio cultural em geral e do patrimônio imaterial em particular.

Seguindo-se ao cronograma de leituras e de discussões entre os membros da equipe, foi efetivado o treinamento na metodologia proposta pelo IPHAN para o preenchimento das planilhas Excel, concernentes às cinco categorias do patrimônio cultural imaterial, com a presença de técnico daquele órgão. Como última etapa preparatória da equipe, foi enviada correspondência institucional e, em seguida, realizadas visitas aos principais acervos públicos da cidade, seja para o conhecimento empírico das instalações a serem freqüentadas posteriormente seja, por outro lado, para a apresentação dos propósitos da investigação aos responsáveis por cada instituição. Ressalte-se ainda que essas visitas tiveram ainda o objetivo de qualificar os assistentes de pesquisa, os estudantes, para melhor se inserirem no trabalho de campo⁵.

Quanto ao processo de trabalho de levantamento dos dados nos acervos, todos os membros iniciaram a consulta em um mesmo acervo, com vistas à equalização da forma de seleção e coleta das informações. Em seguida, e à medida que o trabalho prosseguia, a equipe se dividiu em mais de um acervo para dar conta do montante de informações a serem disponibilizados para a ulterior passagem às planilhas.

2.3 Dificuldades encontradas e soluções propostas

A primeira ordem de dificuldade foi, sem dúvida, a familiarização com o conceito de patrimônio cultural, e de patrimônio cultural imaterial em particular. Porém, devidamente suplantada no decurso das leituras e discussões. Contudo, alguns impasses mais expressivos se estabeleceram quanto à coleta de dados específicos para o preenchimento das planilhas; notadamente aqueles relativos aos dados iconográficos e sonoros, uma vez que as fichas para o preenchimento dos dados dos acervos, disponibilizadas pelo IPHAN, são mais voltadas aos registros textuais. Neste particular, construímos um modelo adaptado para o preenchimento do material iconográfico e/ou sonoro.

Uma segunda ordem de dificuldade encontrada pela equipe foi concernente às péssimas condições dos acervos públicos de Alagoas. Problemas relativos à qualificação de pessoal para o atendimento das solicitações, problemas decorrentes da inexistência de fichários, mesmo os manuais, de disponibilização das obras, de cumprimento dos horários de funcionamento dos órgãos, entre outros.

⁵ Cf. Regina Abreu, *Quando o campo é o patrimônio*, 2004.

Uma vez que estas instituições são guardiãs do patrimônio, e mesmo seus mediadores⁶, o prejuízo daí decorrente para que se pudesse aferir com maior precisão o volume do material acumulado de registros dessas manifestações culturais foi, muitas vezes, incontornável. Um modo parcial de equacionamento desta ordem de dificuldade foi o exaustivo confronto entre os diferentes acervos, com vistas a incluir referências de obras bibliográficas e documentais que se sabia existirem, mas, em alguns casos, os responsáveis pelo atendimento dos acervos não tinham controle das suas localizações . Neste particular, a recorrência aos acervos privados funcionou como alternativa às dificuldades oriundas do estado precário da documentação nas coleções públicas.

⁶ Cf. Lucieni de Menezes Simão, *Os mediadores do patrimônio imaterial*, 2003.

3 **Acervos Pesquisados: dimensões e condições gerais**

3.1 Acervos Públicos

Os acervos públicos representam a fonte principal da investigação. A seguir, apresentam-se as suas condições gerais, focalizando-se mais detalhadamente os acervos que abrigam as fontes mais relevantes para a pesquisa. Ressalta-se que aqueles de menor relevância decorrem de diferentes razões: ora pela repetição de obras já coletadas, ora devido à precariedade do funcionamento ou, por fim, pela insignificância do acervo na temática da pesquisa.

3.1.2 Biblioteca Pública Estadual

Localizada no Centro da cidade de Maceió, na Praça Pedro II, encontra-se instalada num belo, mas degradado, casarão de três andares construído no século XIX, residência do Barão de Jaraguá, e que serviu de hospedaria ao imperador Pedro II e à Imperatriz Tereza Cristina em 1859, quando de visita à Alagoas por ocasião da inauguração da Catedral Metropolitana de Maceió, situada em frete a esse palacete. Esta edificação atravessou um período de decadência e abandono, sendo recuperada na década de 1960, quando passou a abrigar a Biblioteca e o Arquivo Público de Alagoas.

A Biblioteca Pública Estadual, com cerca de 93 mil títulos. A consulta à sua vasta coleção de obras referentes a Alagoas foi de grande importância para esta pesquisa, mas, ressalte-se, apresenta graves problemas de organização, catalogação, armazenamento e preservação das obras. O pesquisador não conta com qualquer sistema eficaz para encontrar as obras que procura, salvo o conhecimento empírico dos funcionários para localizá-los; o que torna deficitário o levantamento exaustivo e completo dos conteúdos ali existentes.

A Biblioteca não possui climatização, e, assim, obriga a abertura de portas e janelas e, invariavelmente, a exposição dos freqüentadores e funcionários ao barulho externo do Centro da cidade. A leitura de obras é uma tarefa bastante perturbada.

No térreo do casarão, há uma grande sala para uso do público em geral (notadamente estudantes do ensino fundamental e médio), que solicita as obras de consulta no balcão de atendimento. No 1º andar, encontra-se o acervo e uma sala para consultas mais especializadas. As condições gerais das instalações da biblioteca são muito precárias: iluminação insuficiente, ausência de fichários (nem manuais nem informatizados), baixa qualificação do pessoal

de atendimento, comprometimento das instalações elétricas e da preservação do acervo por infiltrações de água da chuva no prédio, ausência de elevador para a condução do público ao 1º andar, problemas derivados da presença de cupins, banheiros precários etc. O 2º andar do casarão encontra-se praticamente desativado, dadas as condições de deterioração.

Apesar da receptividade e interesse demonstrado por sua nova Diretora para com a nossa pesquisa, nota-se que a biblioteca tem problemas tanto físico-financeiros quanto de recursos humanos melhor capacitados para a manutenção e ampliação dos serviços prestados por esta instituição de grande importância para a cidade.

A biblioteca recebe doações de autores e regular contribuição de obras oriundas de instituições com os ministérios da Educação e da Cultura, por exemplo; mas conta com recursos próprios insuficientes para a aquisição regular de obras no mercado.

3.1.2 Biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas

A biblioteca do Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas é bastante especializada em informações sobre a história e cultura alagoanas, e a consulta ao seu acervo é condição absolutamente indispensável para quem deseje realizar investigação aprofundada na temática. Esta integra o conjunto de seções e serviços disponíveis no Instituto, que possui várias coleções (destacando-se as coleções "Perseverança", de objetos do Xangô alagoano, e "Jonas Montenegro", de arqueologia indígena), hemeroteca (com 70 títulos de jornais encadernados, dos quais 74 de Alagoas), museu e pinacoteca. Localizando-se na Sede do Instituto, na Rua João Pessoa, esquina com a Ladeira do Brito, no Centro de Maceió, a biblioteca do IHGAL é um arquivo bastante aprazível e típico. A edificação fora residência da família Almeida Guimarães; depois ocupada pelo IHGAL, em 1911, por doação ao instituto do Governador Euclides Malta.

O acervo é bastante organizado, e catalogado metódica e diretamente pelo Presidente Jayme de Altavila. Conta com pessoal técnico atencioso e competente para com as demandas daqueles que ali se dirigem para pesquisar no acervo de cerca de 14 mil títulos. Além de livros, revistas, documentos e manuscritos diversos, há também coleções de fotografias relativas aos mais diferentes aspectos da vida social e cultural de Alagoas.

Por outro lado, não possuindo ambiente climatizado, o expediente transcorre sob a interferência às vezes agressiva do barulho oriundo daquela movimentada artéria de Maceió. Este é um ponto negativo, juntamente com seu

horário de funcionamento – das 08h00 às 11h30, de segunda à sexta-feira – outro aspecto limitador para a pesquisa e o bom usufruto desta fonte essencial da pesquisa em arquivos de livros, revistas, jornais e documentos sobre Alagoas. A biblioteca do IHGAL tem na doação de obras, por parte de seu quadro de sócios e da população, a principal fonte de renovação e aumento de seu acervo.

3.1.3 Biblioteca do Museu Théo Brandão de Antropologia e Folclore da Universidade Federal de Alagoas

O Museu Théo Brandão e sua biblioteca funcionam num belo palacete do início do século passado, localizado na Avenida Duque de Caxias, à beira-mar, nas proximidades do Centro de Maceió. O espaço físico muito pequeno é o principal fator restritivo deste importante acervo referencial sobre a arte popular, a cultura e a história alagoana; e isto prejudica tanto a consulta quanto à acomodação do material; como é o caso, por exemplo, da coleção de cordel herdada do folclorista Aloísio Vilela.

A biblioteca do Museu Théo Brandão conta com ambiente climatizado, tem funcionários capacitados e dedicados. Contudo, a pequena sala à disposição do público e a iluminação inadequada à leitura são seus aspectos negativos. Possui cerca de 4.500 títulos em seu acervo, catalogados por profissionais de biblioteconomia da UFAL, e encontrando-se em processo de digitalização. Sem necessária dotação orçamentária para aquisição de livros, seu acervo é fruto de doações. Funciona para consultas pelas manhãs e tardes, no horário comercial, de terça à sexta-feira.

3.1.4. Biblioteca da Academia Alagoana de Letras

Instalada em prédio anexo à edificação que sedia a Academia Alagoana de Letras, na Praça Marechal Deodoro da Fonseca, no Centro de Maceió, esta biblioteca possui um acervo de cerca de 7.000 títulos, devidamente catalogados. Tem boas instalações físicas, mas possui climatização apenas na área de consulta; o que pode acarretar prejuízos à boa conservação de seu acervo. O atendimento é qualificado, contando com pessoal capacitado e com alguns terminais de computadores (estes, contudo, em condições defasadas de funcionamento).

A coleção de obras literárias de autores alagoanos é o ponto forte deste acervo, que atende ao público das 08h00 às 14h00, de segunda à sexta-feira.

3.1.5 Biblioteca da Associação Comercial de Maceió

Instalada em imponente edificação de estilo neoclássico, localizada à rua Sá e Albuquerque, no portuário bairro de Jaraguá, a Associação Comercial de Maceió possui em sua biblioteca um acervo de cerca de 3 mil títulos; que versam sobre direito, clássicos da literatura mundial e nacional, literatura de Cordel, e obras científicas e literárias de autores alagoanos; e outros documentos sobre Alagoas e Maceió.

O acervo é bem catalogado, mas ainda não digitalizado, e o espaço para pesquisa é climatizado e agradável. A biblioteca não dispõe de recursos para a aquisição, e se nutre apenas de doações particulares. O atendimento é qualificado e atencioso, porém, para os objetivos da investigação, não foram encontradas fontes adicionais ao já arrolado.

3.1.6 Biblioteca Central do Serviço Social do Comércio – SESC/AL

A biblioteca Central do SESC encontra-se localizada na Unidade Poço do SESC Alagoas, à Rua Pedro Paulino, bairro do Poço. Possui um acervo de cerca de 24 mil títulos, entre livros, periódicos e outras revistas de circulação nacional. O perfil de seu público é formado por estudantes do ensino fundamental e médio, além da população em geral. Contudo, do ponto de vista da pesquisa o acervo mostrou-se bastante restrito.

Como ponto positivo, destacam-se as boas instalações, que conta com amplo espaço climatizado, atendimento qualificado e eficiente. Todo o acervo se encontra catalogado, e cerca de 90% já digitalizados. A biblioteca disponibiliza o acesso à internet, e possui um espaço exclusivo para uma biblioteca infantil. Funciona das 09h00 às 19h00, de segunda à sexta-feira.

3.1.7 Biblioteca Central do Centro de Estudos Superiores de Maceió (CESMAC)

Situada no edifício Sede deste complexo universitário privado, à Rua Cônego Machado, no bairro do Farol, a biblioteca central do CESMAC possui um acervo de aproximadamente 34 mil títulos, versando sobre as mais diferentes áreas do conhecimento; e, sobretudo, voltado para atender os vários cursos oferecidos pela instituição. Porém, na temática da pesquisa mostrou-se irrelevante.

O acervo é catalogado e digitalizado, possuindo computadores para consulta dos pesquisadores ao banco de dados (contudo, não foram encontrados aí os trabalhos de conclusão de curso, teses ou dissertações). A biblioteca é

notadamente abastecida mediante a compra de novos títulos, mas também recebe doações; e tem horário alargado de funcionamento: das 08h00 às 22h00, de segunda à sexta-feira. Quanto às suas instalações, são adequadamente climatizadas e satisfatórias (disponibilização de computadores de acesso à internet, por exemplo). Há claros limites de espaço e de acervo nas coleções setoriais, ou áreas de conhecimento específico; mas seu principal ponto negativo recai sobre o atendimento deficitário.

3.1.8 Biblioteca Central da Universidade Federal de Alagoas

Localizada no *campus* universitário, assim como as demais bibliotecas públicas listadas a seguir, a Biblioteca Central possui um acervo de 28.697 títulos de livros (e cerca de 115.337 exemplares de livros), 1.023 títulos de periódicos nacionais, 1.113 títulos de periódicos estrangeiros, 3.464 monografias de graduação, 1.702 monografias de especialização, e 1.390 dissertações de mestrado; tudo devidamente catalogado. Possui ainda um acervo eletrônico (bases/e-books) com 1003 títulos em diferentes áreas do conhecimento, e uma biblioteca digital de teses e dissertações com 142 títulos disponibilizados, em 2007. Encontra-se instalado em prédio moderno, amplo e adequado, com áreas climatizadas à conservação e consulta. Também conta com pessoal qualificado para o atendimento presencial e para o serviço de empréstimos à comunidade acadêmica das mais diferentes áreas do conhecimento; possui ainda terminais de computadores para pesquisa.

Várias referências de seu acervo foram utilizadas nesta pesquisa, notadamente no tocante às teses, dissertações e trabalhos de conclusão de curso. A biblioteca central adquire regularmente novos títulos, e incentiva a participação da comunidade acadêmica na indicação de obras para aquisição; além de ocasionalmente receber doações. A unidade funciona nos três turnos de expediente da universidade, de segunda à sexta-feira; atendendo a comunidade universitária em horário reduzido aos sábados.

3.1.9 Biblioteca Setorial do Instituto de Ciências Sociais (ICS/UFAL)

Apesar de instalada em condições precárias de espaço para o acondicionamento e a consulta de seu acervo de cerca de 2.300 títulos, entre livros, periódicos, monografias e dissertações, a biblioteca setorial, destinada a atender o curso de graduação e de pós-graduação em Ciências Sociais da UFAL, foi uma boa fonte de pesquisa, notadamente pelo seu volume de trabalhos de conclusão de curso abordando temas correlatos à cultura alagoana. O acervo

encontra-se catalogado, e é constituído por obras gerais de sociologia, antropologia, ciência política e metodologia da pesquisa social, com uma pequena parte deste em línguas estrangeiras, notadamente em inglês, francês e, mais raramente, em espanhol.

No momento da consulta a biblioteca encontrava-se instalando a climatização do ambiente na sala de leitura anexa à pequeníssima sala em que se encontra o acervo. Seu funcionamento é garantido pela presença de estudantes estagiários, funcionando das 13h00 às 21h00, de segunda à sexta-feira. A doação de livros, oriunda dos núcleos de pesquisa do quadro docente e do Programa de Pós-graduação, é a principal fonte de crescimento do acervo. Seu ponto negativo principal é a dificuldade em manter o horário de funcionamento estabelecido, pois foi constatado que, muitas vezes, costuma estar disponível apenas entre 14h00 e 18h00.

3.1.10 Biblioteca Setorial do Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente (IGDEMA/UFAL)

Instalada em pequeno espaço físico, possui acervo incipiente no tema de interesse. É destinada à graduação do curso de geografia e ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA). A principal fonte de alimentação da biblioteca é a doação de livros, mas não há uma quantificação segura sobre o tamanho do acervo. Conta com cerca de 61 trabalhos de conclusão de curso de graduação e 189 dissertações de mestrado, além de livros e revistas de geografia e na temática do desenvolvimento sustentável. Quanto às instalações e serviços oferecidos, há ambiente climatizado, bom atendimento, computadores, mesas e cadeiras para a consulta. Todavia, a conservação de alguns materiais de uso corrente dos pesquisadores, tais como mapas, estão em péssimo estado. Funciona das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira.

3.1.11 Biblioteca Setorial do Centro de Educação (CEDU/UFAL)

Esta biblioteca setorial possui um acervo de cerca de 3.000 títulos, entre livros, periódicos, monografias, dissertações e teses voltadas ao ensino e a pesquisa em pedagogia e educação. Grande parte deste acervo, contudo, não se encontra catalogado. O espaço de acomodação dos livros é diminuto, havendo uma grande mesa para a consulta. O ambiente é climatizado e disponibiliza a consulta parcial do acervo por computador. O atendimento é bom e o ambiente limpo. Há compras regulares de obras através de recursos

oriundos de projetos, além de doações. O horário de funcionamento é das 08h00 às 12h00 e das 13h00 às 17h00, de segunda à sexta-feira. Para os objetivos da pesquisa o acervo mostrou pouca relevância.

3.1.12 Biblioteca Setorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo (FAU/UFAL)

Esta pequena biblioteca vem se estabelecendo a partir do pequeno núcleo criado para disponibilizar os trabalhos de conclusão de curso e as dissertações de mestrado em arquitetura e urbanismo; sendo, com o tempo, acrescida de livros e periódicos correlatos à sua área de conhecimentos. O espaço da biblioteca é diminuto e há deficiência no atendimento ao público, em virtude da carência de pessoal. Seu acervo pequeno, porém catalogado e inclui material audiovisual relativo à arquitetura e urbanismo. Formalmente, seu horário de atendimento é das 08h00 às 18h00, de segunda à sexta-feira. Para a nossa pesquisa, apenas algumas poucas obras foram utilizadas.

3.1.13 Biblioteca Setorial do Curso de Com. Social (ICHCA/UFAL)

Esta biblioteca setorial está instalada em sala ampla e insuficientemente climatizada. Possui acervo com quantidade ainda não precisa e defasado, com livros e periódicos da área de comunicação social, e abrigando os trabalhos de conclusão de curso dos alunos da graduação. O acervo apresenta condições precárias de acomodação e sem a adequada catalogação. Não há fichário ou qualquer outra forma de registro do material, nem qualquer mobiliário necessário para a consulta *in loco*. Mas, apesar disso, tem atendimento atencioso. Funciona das 14h00 às 18h00, de segunda à sexta-feira.

3.1.14 Biblioteca do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB/UFAL)

O NEAB é órgão suplementar da UFAL, e funciona no Espaço Cultural da Universidade Federal de Alagoas, na Praça Sinimbú, Centro de Maceió. Sua biblioteca catalogada é especializada em história e cultura afro-brasileira; contando com cerca de 2.000 títulos entre livros, revistas e periódicos. O ambiente é acolhedor, climatizado e normalmente silencioso, mas o espaço para leitura é bastante reduzido, o que torna o atendimento possível para apenas poucos indivíduos. A única mesa para esta finalidade é, muitas vezes, utilizada também para reuniões internas do pessoal do NEAB. Sua clientela principal se constituída por estudantes do ensino fundamental e médio, além de universitários.

O horário de funcionamento é das 08h00 às 12h00 e das 14h00 às 18h00, de segunda à sexta-feira; contudo, ocasionalmente este atendimento é prejudicado pelo limitado número de funcionários. A alimentação do acervo é proveniente de doações e, eventualmente, de obras compradas mediante financiamento de projeto com esta finalidade.

3.1.15 Acervo da TV Educativa (Instituto Zumbi dos Palmares- IZP)

Neste órgão de comunicação obtivemos 35 DVD's concernentes à versão televisiva do programa "Balançando o Ganzá", criado e apresentado na emissora pelo falecido folclorista Ranílson França. Uma vez que se trata do registro direto das apresentações deste programa, esta coleção, por vezes, não traz detalhes sobre as obras mencionadas (notadamente a data e a autoria das peças executadas). O material é composto ainda por várias entrevistas com personalidades do mundo cultural alagoano, mas sempre tendo o folclore como tema central. Este acervo encontra-se adequadamente acomodado em estantes em sala climatizada, porém não está disponível para consulta pública.

3.1.16 Acervo do Museu da Imagem e do Som de Alagoas (MISA)

Localizado numa bela edificação de dois andares do século XIX, e situado na Praça Dois Leões no bairro portuário de Jaraguá, o MISA é uma das instituições públicas mais carentes e defasadas para cumprir sua importante missão de salvaguarda cultural em Alagoas.

De início, constatamos que embora a denominação do órgão designe uma dupla atribuição, o forte deste acervo é o material fotográfico. O acervo sonoro é bastante modesto e extremamente caótico, sem qualquer catalogação ou acomodação adequada: faltam condições mínimas de sistematização e alojamento para os discos em vinil de variadas procedências e estilos, para as fitas em VHS e para os rolos de filmes documentários e institucionais (estes representam o maior prejuízo à memória audiovisual de Alagoas, uma vez que estão em péssimas condições, talvez mesmo irrecuperáveis). Também conta em seu acervo uma série de fitas K-7 com depoimentos de autores e intelectuais alagoanos, de grande importância para a memória cultural do Estado, e ainda à espera de sua necessária digitalização.

A coleção de 10.000 fotografias antigas sobre Alagoas é muito importante, e encontra-se em fase de digitalização; apesar de seus originais permanecerem em condições desfavoráveis de acondicionamento e catalogação. Não raro, a coleção fotográfica do MISA é veiculada nos jornais locais, obras de particulares

ou em outros suportes (livros, material publicitário etc.), sem os devidos créditos a esta instituição.

Deve-se ainda registrar que uma outra séria dificuldade do MISA é a inexistência de equipamentos para a exibição de parte de seu acervo audiovisual (equipamentos de reprodução para vinil, CD, vídeo e cinema, por exemplo). Por outro lado, nos últimos anos a instituição tem gerado novos registros audiovisuais através de seu projeto denominado "MISA Acústico"; e assim, os pesquisadores podem encontrar uma coleção com 60 fitas em VHS, contendo o registro desses shows com artistas alagoanos de diferentes estilos. Este material é o único que conta com bom acondicionamento, em sala climatizada.

Por fim, o acervo do MISA é decorrente de doações, mas as condições atuais das instalações impedem a direção de acolher novas doações da população. O pessoal técnico é reduzido, porém dedicado, e o ambiente bastante agradável. A instituição, no que concerne ao acervo, atende o público nos dois horários de funcionamento (manhã e tarde). Ocasionalmente, abre suas portas no turno da noite para o "MISA Acústico" e outros shows ou seminários no auditório, e para exposições artístico-culturais no *hall* principal. O acervo do MISA representou um momento importante da pesquisa no que concerne, sobretudo, aos registros fotográficos das referências culturais pesquisadas.

3.1.17 Acervo *on-line* das Organizações Arnon de Melo (*Gazetaweb.com.br*)

Trata-se de importante banco de dados criado em 2000 e reproduzindo conteúdos veiculados no jornal diário e impresso "Gazeta de Alagoas"; constituindo-se numa fonte de consulta válida sobre aspectos da cultura alagoana.

3.2 Acervos Privados

Os acervos privados (de empresas ou de particulares) formam um segundo momento muito importante da pesquisa; muito embora nem sempre tenha havido a permissão para a investigação demorada, ou o tempo necessário a sua exploração mais exaustiva.

Em alguns casos, eles se mostraram absolutamente imprescindíveis, e noutros revelaram mais a possibilidades de, através de seus proprietários, obtermos contatos de terceiros ou apenas complementarmos informações de obras já consultadas (notadamente sobre a natureza do material armazenado, ou acesso a encartes de CDs de música popular de Alagoas, de gravações radiofônicas e/ou

de entrevistas com artistas e grupos folclóricos). Deste modo, abaixo estão listados alguns acervos privados que tiveram participação bastante diferenciada para o resultado final da investigação.

A característica principal que os une pode ser descrita como a generosidade de todos em colaborar com os propósitos da pesquisa

3.2.1 Acervo particular de Edécio Lopes

O radialista e compositor de frevos Edécio Lopes é um colecionador apaixonado e especializado de música popular brasileira em geral, possuindo obras raras e antigas em seu acervo, que inclui ainda livros e revistas sobre o assunto. Devidamente preservada em sala adequadamente climatizada de sua residência, a consulta à coleção foi de grande importância para a investigação.

3.2.2 Acervo particular Ranílson França

Preservada com zelo por sua esposa Verônica, esta coleção 103 CD's do falecido folclorista e professor Ranílson França reproduz a série de programas radiofônicos de seu famoso "Balançando o Ganzá" que, durante anos, foi o principal veículo de promoção e propagação da cultura popular folclórica de Alagoas, exibido nas tardes de sábado na Rádio Educativa FM (e, durante algum tempo, em outras emissoras). É um manancial raro de registros de apresentações dos folguedos alagoanos. Contudo, sua coleção não dá detalhes de autoria para todas as peças registradas, o que dificultou o aproveitamento mais detalhado das informações coletadas.

3.2.3 Acervo particular de Telma César Cavalcanti

Por seu envolvimento direto com a música e dança populares de Alagoas, a professora Telma César Cavalcanti possui um acervo de fitas e Cd's com gravações de entrevistas com mestres de folguedos e com apresentações e/ou gravações destes; e a equipe pôde consultar alguns desses trabalhos para o preenchimento das planilhas Excel das referências culturais imateriais alagoanas.

3.2.4 Acervo particular de Gustavo Quintela

Também o músico e médico-cirurgião Gustavo Quintela coleciona a música folclórica de Alagoas, assim como instrumentos musicais. Deve-se a ele o

contato de pessoas e indicações de contatos para a pesquisa. Acrescente-se, contudo, que tanto esse acervo quanto aquele referente ao item anterior tem grande semelhança com o material pesquisado, mais exaustivamente, nas coleções outrora pertencentes ao folclorista Ranílson França.

3.2.5 Acervo de Pedro da Rocha

O cineasta e documentarista Pedro da Rocha realiza obras ficcionais e documentais que têm como temática principal a cultura popular em suas manifestações diversas, destacando temas e personagens desse universo. De seu acervo, utilizaram-se oito DVD's abordando manifestações lúdicas e religiosas, e úteis à elaboração dos dados constantes nas planilhas da pesquisa.

3.2.6 Acervo de dados da TV Pajuçara

Integrante do Sistema Pajuçara de Comunicação (Rádio FM, TV e Portal de notícias), a emissora não tem um setor exclusivamente especializado na documentação do conjunto da sua programação, mas um banco de dados mais específico, acionado internamente em rede para atender necessidades operacionais de sua programação jornalística. Não havendo, assim, a disponibilização deste serviço para o público externo. Contudo, em consulta solicitada à direção de jornalismo, foi possível obter as seguintes informações:

O acervo atual, denominado *INFONEWS* e originário do antigo CEDOC da emissora, é acondicionado numa pequena sala apropriadamente climatizada e consultado apenas mediante a precisão de localização do material desejado disponível na *intranet*, sem existir a possibilidade da consulta a fichários manuais. Também não há terminais disponíveis à consulta de público externo, dada a natureza exclusivamente operacional para o qual foi criado este banco de dados. É composto de 213 fitas em BETACAM e/ou DVCAM. O programa semanal de entrevistas da emissora "Pajuçara Especial" encontra-se parcialmente digitalizado. O mesmo podendo ser afirmado em relação ao programa de informações turísticas de Alagoas denominado "Alagoas de Norte à Sul". No geral, o banco de dados *INFONEWS* possui matérias jornalísticas cobrindo eventos culturais, apresentações folclóricas, festividades públicas e matérias jornalísticas sobre os atrativos turísticos de Maceió e do Estado.

AS CATEGORIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE ALAGOAS E SUA DISTRIBUIÇÃO

4.1 Incidência das categorias do patrimônio cultural imaterial de Alagoas

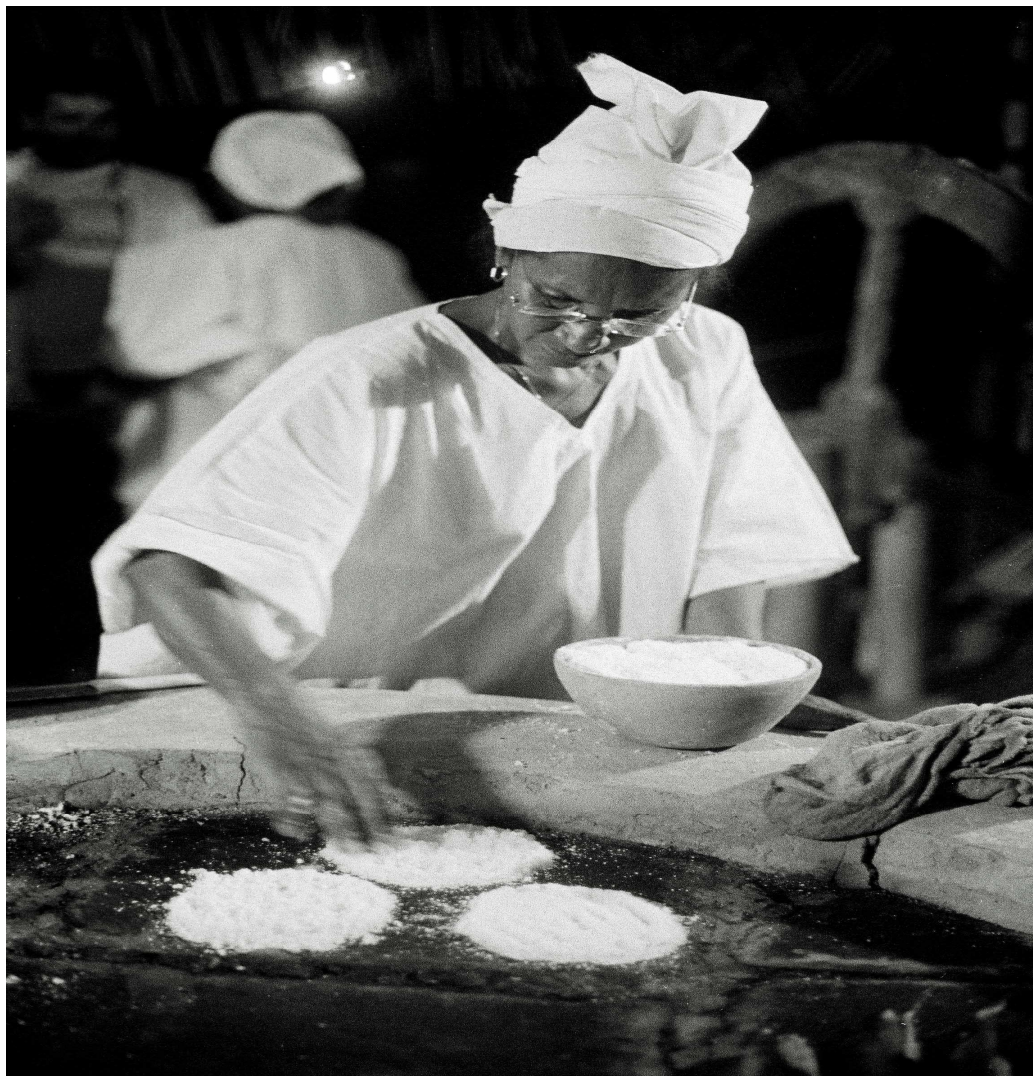
No detalhamento a seguir, por ordem de recorrência no material pesquisado, as categorias do patrimônio cultural imaterial de Alagoas apresentam maior incidência para *Ofícios e Modos de Fazer, Formas de Expressão, Lugares, Celebrações* e, por último, *Edificações*. Como se poderá constatar na apreciação das planilhas, muitas referências encontram-se registradas sob a condição de memória ou de vigência, ou sob a condição de íntegro, ruína, indisponível e vigente para as categorias lugares e edificações.

A pesquisa nos acervos públicos e privados, envolvendo a consulta de livros, de revistas e outros documentos escritos, de fotografias, de vídeos e de registros sonoros (DVD, CD e LP), registrou um total de **519 referências**, assim contabilizadas e percentualmente distribuídas:

- 1) Ofícios e modos de fazer: **229 referências (44,12%)**
- 2) Formas de Expressão: **145 referências (27,93%)**
- 3) Lugares: **67 referências (12,90%)**
- 4) Celebrações: **54 referências (10,40%)**
- 5) Edificações: **24 referências (4,65%)**

A seguir, a descrição de cada categoria é ilustrada com uma fotografia relativa à forma predominante de sua manifestação no território alagoano:

4.1.1 Ofícios e Modos de Fazer



Forno de beiju, grude, pé-de-moleque e tapioca. Acervo e foto de Celso Brandão, 2002.

O levantamento registrou **duzentos e vinte e nove** referências sobre *Ofícios e Modos de Fazer* no território alagoano, representando **44,12%** do universo total das referências do patrimônio imaterial do Estado aqui elencadas. As **práticas gastronômicas**, com cento e vinte e sete ocorrências aparecem como a categoria mais expressiva entre os *Ofícios e Modos de Fazer*, representando **55,4%** deste universo se aí for incluída não apenas a preparação dos alimentos, mas, igualmente, das bebidas.

Vale destacar a recorrência de alimentos à base da farinha de mandioca (na forma de bolos, sequilhos, broas, pirões), do açúcar (doce em calda ou de corte, além de cocadas, rapaduras, entre outros), do coco (na preparação de peixes, leguminosas, grãos, bolos e na doçaria em geral), e de uma culinária voltada

para a preparação de peixes, mariscos e crustáceos, em muitos casos, associada aos já citados produtos.

A materialidade dessas referências pode ser justificada historicamente através da presença nativa de grupos indígenas ao longo da costa e na região do rio São Francisco, e, posteriormente da presença dos portugueses e, conseqüentemente do açúcar na formação do território.

A **atividade da pesca** e tudo o que a ela se relaciona surge como a segunda referência mais significativa desta categoria, com vinte e nove ocorrências, representando **12,7%** do universo investigado. O levantamento listou 18 diferentes tipos de pesca, com os estilos variando em relação ao tipo de água (salgada, doce), à categoria da pesca (em alto mar, em mangue, etc) e, ainda, ao uso de instrumentos os mais variados. A riqueza da presença pesqueira que está associada à evidente abundância das águas em Alagoas associa-se a outras presenças territoriais como certos ofícios dela decorrente: marisqueiras, pegador de caranguejo, construtor e condutor de barcos, de canoas e de jangadas, mas também a atividades como a secagem do peixe, a confecção do filó e do filé.

Em terceiro lugar no *ranking* das referências que integram a categoria *Ofícios e Modos de Fazer* estão as vinte e cinco ocorrências de **manualidades**, com **11%** que se referem a todas as "artes artesanais" e os ofícios profissionais que o levantamento registrou no território, contemplando desde os variados tipos de bordados, a tecelagem, a cestaria, até a confecção de instrumentos musicais, entre outros. Se incluirmos aí as atividades de caráter artístico - o violeiro repentista, o cordel, por exemplo - essa categoria passa de 11 para 19% na representação do universo total de *Ofícios e Modos de Fazer*.

As atividades decorrentes da **prática agrícola, com onze ocorrências**, apontam para **4,8%** desse conjunto e se associam diretamente aos produtos cultivados no território: a cana-de-açúcar, o coco, o fumo, a mandioca, mas também elementos desdobrados desses universos agrícolas como as destaladeiras de fumo, a farinhada e a manipueira.

O **universo mágico religioso** ocupa **4,4%** dos registros do presente levantamento, com dez ocorrências. Englobam práticas tradicionais de cura, a exemplo da benzadura, envolvendo as presenças do curador, do benzedor, da rezadeira, mas, igualmente, o preparo de mezinhas e garrafadas e de variada aplicação de ervas e plantas medicinais nessas práticas.

O **lúdico**, registrado na prática dos jogos populares e das brincadeiras, com cinco ocorrências, representa **2,2%** das referências listadas nesta categoria; e, por fim, as atividades referentes à **criação de animais**, aparecem em último

lugar, com quatro ocorrências, com apenas **1,7%** das informações sobre os *Ofícios e Modos de Fazer*.

Evidentemente, muitas das referências aqui listadas ocupam mais de uma das categorias apresentadas. Assim, se o bordado do filé pode ser assinalado na rubrica das manualidades, seria igualmente legítimo associá-lo à realidade pesqueira, sendo dela decorrente, segundo alguns de seus especialistas, a partir da trama da rede de pesca. Essa fluidez nas caracterizações internas aos *Ofícios e Modos de Fazer* aplica-se, igualmente, às diversas categorias exploradas no levantamento, pois se valendo do mesmo exemplo do filé poder-se-ia dizer que, ao menos no caso alagoano, este não pode ser pensado sem que a esta categoria se associe imediatamente àquela de lugares, e, por decorrência, o próprio bairro do Pontal da Barra, em Maceió, onde é tradicionalmente confeccionado.

4.1.2 Formas de Expressão



Guerreiro do Mestre Venâncio. Acervo e foto de Celso Brandão, 2002.

Dentre as 519 referências culturais levantadas neste Mapeamento do Patrimônio Cultural Imaterial do Estado de Alagoas, foram registradas **cento e**

quarenta e cinco *Formas de Expressão*, que representam **27,93%** do universo total pesquisado.

Os **folguedos**, aos quais o antropólogo e folclorista alagoano Théo Brandão deu quatro classificações distintas – natalinos, de festas religiosas, carnavalescos e carnavalescos com estrutura simples – despontam como a referência mais incidente, com vinte e sete ocorrências, representando **18,6%** do total das *Formas de Expressão* presentes. Além de representarem a maioria dessa categoria, urge dizer que os **folguedos** estão, significativamente mais presentes, tanto nas fontes documentais escritas quanto nas iconográficas e sonoras.

Importante se faz destacar os **folguedos natalinos** – em número de dezesseis – cuja maioria teve origem nos autos da península ibérica – sobretudo nas “Janeiras” e “Reis”, cortejos propiciatórios de novas esperanças que celebravam a entrada do Ano Novo – trazidos por portugueses colonizadores. A esses autos, misturaram-se as tradições africanas e alguns costumes indígenas, resultando em novas e variadas formas de representação, tão particulares da região açucareira do Estado de Alagoas. O folclore do açúcar, como foi chamado pelos estudiosos do assunto, sintetizou a mistura entre as culturas européias e africanas no ambiente dos engenhos do Nordeste.

Os **folguedos carnavalescos e carnavalescos de estrutura simples** vêm em seguida, em nove registros, e os **folguedos de festas religiosas**, aparecerem, apenas, em número de dois.

Em segundo lugar encontram-se as **lendas** que, representando 17,2% da categoria das *Formas de Expressão*, têm vinte e cinco ocorrências e são originárias de três regiões do Estado de Alagoas: o Vale do Rio São Francisco, a Zona da Mata e o Litoral. Se a este universo de episódios históricos e de fatos que podem ter ocorrido, associarmos o imaginário religioso e sobrenatural, representado pelas nove ocorrências de **mitos, credences e superstições**, somam-se mais **6,2%** das referências levantadas.

As **danças e cortejos**, com vinte e três ocorrências, despontam como a terceira referência mais recorrente, representando **15,8%** desta categoria. A maioria é de ascendência africana aqui transformada, tanto nos terreiros das casas-grandes (**danças**), quanto nas procissões religiosas (**cortejos**). Outras **danças**, de origem européia, sofreram transformação nos salões das mesmas casas-grandes e das casas urbanas. Algumas outras, em número muito reduzido, foram herdadas dos grupos indígenas, cuja presença foi marcante, tanto na costa litorânea, quanto na região sanfranciscana.

O Coco Alagoano merece destaque entre as **danças**. De origem africana, recebeu influência indígena desde o seu nascimento - provavelmente no Quilombo dos Palmares - de onde se espalhou, alcançando a bacia do Rio São Francisco e o Sertão.

As **brincadeiras** ocupam um lugar de importância no seio da imaterialidade das *Formas de Expressão* do patrimônio cultural de Alagoas, com dezoito ocorrências. São muito variadas, percorrendo não só o vasto universo infantil mas também dos adultos, expressas em brincadeiras carnavalescas, daquelas de cunho religioso, e das adivinhas e charadas. Perfazem dezoito tipos diferentes, representando **12,4%** do total dessas referências levantadas.

Os **cantos e cantigas** detêm **8,9%** dos registros nessa categoria, contando com treze ocorrências. Às **cantigas** dóceis, de estruturas simples, murmuradas pelas mães no acalanto dos filhos, e às modinhas ingênuas de épocas passadas, somam-se os **cantos** fortes e lamuriosos, entoados pelos trabalhadores de diferentes regiões do Estado, no exercício de suas labutas.

Os **contos, trovas, poesias e estórias** que acolhem a imaterialidade do patrimônio literário alagoano, têm onze ocorrências e representam um percentual de **7,5%** das Formas de Expressão levantadas. Nessas narrativas do nosso legado cultural, a Literatura de Cordel sintetiza a riqueza desses bens patrimoniais, porquanto abrange, sob a forma de sátira e crítica, a história, a política, a religiosidade, a vida e o cotidiano, expressando, sempre, o caráter espiritual do povo nordestino.

No quesito da musicalidade se sobressaem as **bandas**, especialmente as conhecidas "Esquenta-mulher" e "Bandas de Pífanos", muito parecidas entre si, sendo a primeira de composição mais simples do que a segunda. As **músicas juninas e as emboladas** fazem parte desse quesito. Associadas às numerosas outras *Formas de Expressão* presentes nesse levantamento, as **bandas e as músicas** representam **5,5%** dos bens levantados em oito ocorrências.

As **representações teatrais**, com quatro ocorrências, inserem-se nas *Formas de Expressão* através dos mamulengos, dos teatros de rua e de bonecos e do cassimicoco, assim conhecido apenas em Alagoas e no Piauí. Representam **2,7%** das referências.

Por fim, os **torneios**, simbolizando **2,0%**, com três ocorrências, e os **cultos religiosos**, que aparecem com o mesmo percentual de **2,0%** dentro dessa categoria, mas que merecem destaque pelo fato de serem unanimemente inerentes às religiões afro-brasileiras.

4.1.3 Lugares



Desfile na Rua do Comércio, Centro de Maceió. Acervo do APA/AL, s/d.

Do total de 519 referências culturais do patrimônio imaterial em Alagoas, somente **12,9%** são relativas à categoria de lugares, no total de **sessenta e sete** referências encontradas. Este índice significativamente diminuto em relação às Formas de Expressão e aos Ofícios e Modos de Fazer pode ser explicado a partir de fatores intrínsecos ao processo de produção social do espaço alagoano, como também a partir fatores inerentes à própria metodologia de categorização do patrimônio cultural imaterial.

A primeira classe de fatores leva a considerar que a fraca incidência de registros de Lugares não permite ser interpretada como espelho da realidade, e sim como um retrato da ainda baixa produção documental/textual e iconográfica, que aponte a relevância simbólica patrimonial dos elementos sócio-históricos de produção dos diferentes territórios integrantes do estado de Alagoas. Esta ausência pode estar ligada aos próprios modos de expressão da cultura erudita local, mais voltada para si própria - ou para identificação das expressões do folclore local - do que para o território de pertencimento. Tal propriedade da cultura literária alagoana pode estar engendradora nos princípios

dirigentes da formação social e da produção dos espaços alagoanos, desde a colonização até a intensa criação recente de municípios a partir da década de 60, conforme explicado e ilustrado nos mapas presentes no capítulo I deste relatório.

A segunda classe de fatores prende-se à própria metodologia de categorização das referências do patrimônio imaterial, na qual a categoria de Lugares como referência própria e apartada das demais tendeu ao empobrecimento - em função da ferramenta básica de registro da referência, a planilha - impossibilitando os cruzamentos entre as demais categorias. Com esta possibilidade, decerto haveria maior densidade de registros nesta categoria; como também favoreceria o trabalho de espacialização das categorias de Ofícios e Modos de Fazer, Formas de Expressão e Celebrações. Nos limites deste trabalho, este resultado não pode ser contemplado e constituirá um dos objetivos da continuidade futura desta investigação.

Dentre os Lugares com maior significância quantitativa de registros, Maceió se destaca em primeiro plano, nas referências notadamente às históricas localidades do Centro e de antigos bairros como Jaraguá e Bebedouro, assim como a espaços pitorescos de beleza cênica natural. Os registros musicais, por exemplo, cantam a cidade em duas referências identitárias fundamentais: a beleza natural e a memória tempo-espaço.

Os registros de lugares no Centro da cidade, como a Praça dos Martírios, a Rua do Comércio, o Mercado Público e a Feira do Passarinho guardam a memória da sociabilidade no espaço urbano, na qual a memória de tradições culinárias e dos serviços a ela associados aparecem com destaque. Salvo a Praça dos Martírios, cuja memória se refere aos encontros artístico-culturais, os demais guardam a memória das relações comerciais para a dinâmica de produção espacial da cidade e para a convivência social engendrados nessas atividades econômicas. Já a referência patrimonial do histórico bairro do Jaraguá retém a memória de lugar formado como parte do sistema agrário-comercial da cana-de-açúcar; tendo primeiro os *Trapiches*, e posteriormente o atual Porto de Jaraguá (em situação geográfica favorecida pela presença de recifes) como base de exportação de matéria prima e de recepção de produtos importados, incluindo entre estes bens culturais de consumo local.

O Bairro de Bebedouro, formado à margem da lagoa *Mundaú*, fora lugar de balneário de verão eleito como preferido da elite local no final do século XIX e primeiras décadas do século XX. Os registros patrimoniais culturais do lugar, além da memória identitária histórico-espacial guardam relevantes referências de Formas de Expressão - particularmente os Folgedos Natalinos - e de

Celebrações - religiosas. No interior da comunidade do bairro de Bebedouro, cabe mencionar a existência de patrimônios vivos do folclore alagoano. Esta relevante característica do lugar deita raízes no sistema agrário da cana-de-açúcar: como lugar de balneário das famílias de posses, também foi localidade de grande atração de grupos de trabalhadores das usinas instaladas próximas ao corredor da estrada de ferro, nos períodos anuais de estiagem e de suspensão da produção dos engenhos e usinas, exatamente no mês de dezembro, para apresentarem as suas formas de expressão e animarem as festas natalinas dos freqüentadores com seus folguedos.

Por outro lado, a presença da fábrica de tecidos em Fernão Velho (distrito contíguo à margem da Lagoa Mundaú) e a sua população operária igualmente contribuíram para fazer do bairro de Bebedouro um lugar de expressão dos folguedos natalinos e de propagação destes aos antigos bairros de Maceió, especialmente aqueles formados nas adjacências da estrada de ferro. Nos limites deste trabalho, é oportuno observar a possibilidade de um futuro projeto de investigação com o objetivo de identificar e reconstituir uma rota dos folguedos natalinos ao longo da atualmente relegada estrada de ferro⁷.

Sob o ângulo de referência da paisagem como patrimônio cultural, a Praia de Pajuçara é a única a deter registros de expressão das belezas naturais do litoral de Maceió, possivelmente em razão de ter correspondido a um novo vetor de expansão urbana dos segmentos sociais economicamente mais abastados, a partir da década de 40. Na extensão da Pajuçara encontra-se a Praia de Ponta Verde, onde cresceu um coqueiro – o Gogó-da-Ema, cuja forma diferenciada ou “aleijada”, como indicam os registros, o converteu em lugar de atração dos habitantes da cidade, em fonte de inspiração aos seus poetas e de referência de localização aos antigos pescadores em suas jangadas, até a sua morte em 1955. A memória do Gogó-da-Ema encontra-se simbolicamente representada no nome de Praça Pública nas proximidades de sua antiga localização.

Finalmente, cabe destacar o registro patrimonial do bairro do Pontal da Barra, originalmente erigido como povoado de pescadores em um braço de terra outrora considerado funesto, entre a lagoa Mundaú e o oceano. O lugar guarda relevantes registros patrimoniais culturais de Ofícios e Modos de Fazer diretamente associados às suas características ecológicas, cujas expressões

⁷ Estudo aprofundado da história do bairro de Bebedouro com vistas a recuperar e sistematizar o patrimônio cultural imaterial nele guardado se encontra em vias de realização. Trata-se da pesquisa para dissertação de mestrado de Giovanna Karla Araújo Silva, intitulada “*À margem dos trilhos, da lagoa, da cidade: o bairro de Bebedouro*”, em condução no Programa de Pós-graduação em Sociologia/UFAL, no contexto da Linha de Pesquisa “Território, Patrimônio Cultural e Identidade”.

acham-se vinculadas tanto à pesca e culinária associada quanto à presença marcante do artesanato em tecido, muito especialmente o artesanato do *filé*. Este, originado no próprio bairro, teceu e positivou a base identitária da comunidade ao longo do processo de transmissão inter-geracional deste ofício e dos modos de fazê-lo.

A segunda classe quantitativa de registros de Lugares recai sobre o município de União dos Palmares, mais precisamente na *Serra da Barriga*, devido à existência do Quilombo dos Palmares e a saga do herói Zumbi. A *Serra da Barriga* foi decretada pelo IPHAN, em 21 de março de 1988, Patrimônio Histórico e Monumento Nacional ou Parque Nacional de Zumbi - onde se situa o monumento a Zumbi dos Palmares. Desde a década de 1980, lugar vem sendo palco anual de celebrações já integrantes do calendário cultural brasileiro; notadamente após a criação do dia nacional da consciência negra, o 20 de novembro. Não obstante, é cabível assinalar, que a área patrimonial tombada pelo IPHAN circunscreve somente o lugar outrora denominado "*Quilombo dos Macacos*", o qual teria correspondido a um dos povoamentos do Quilombo dos Palmares. Registros atestam que outros povoamentos integrantes deste teriam se formado, em um perímetro de 60 léguas, em territórios dos atuais municípios de Viçosa e Porto Calvo. Neste último, há o registro de *Cucaú*, lugar de povoamento chefiado por Ganga Zumba.

A quantificação dos registros indica em terceira escala o município de Marechal Deodoro, segundo distintas referências: a) a cidade colonial, antiga capital do estado de Alagoas, cujo reconhecimento de significação patrimonial cultural material e imaterial está expresso em sua condição de cidade recém tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional; b) o povoado de *Massagueira* formado à margem de um canal da lagoa *Manguaba* e originalmente local do engenho que lhe deu o nome, posteriormente ocupado por pescadores, e hoje referência da gastronomia típica alagoana; c) a Praia do Francês, nas referências às práticas culturais do antigo povoado de pescadores hoje convertido em um dos principais pontos turísticos do litoral.

O quarto degrau na quantificação dos registros de Lugares incide sobre um conjunto de municípios localizados em diferentes porções do estado de Alagoas:

- Coqueiro Seco, à margem da lagoa *Mundaú*, e Pilar, à margem da lagoa *Manguaba*, aparecem como Lugares cujas referências patrimoniais estão engendradas na história da ocupação do Complexo Estuarino Lagunar *Mundaú-Manguaba* (CLMM), aludida na introdução deste relatório.

- No prolongamento natural do curso Rio Paraíba que deságua na lagoa *Manguaba*, há registros, ainda imprecisos, de lugares remotos de aldeamentos indígenas nos municípios de Atalaia e Viçosa.
- Na porção nordeste do estado, ou no dizer de Dirceu Lindoso “Alagoas Boreal”, Porto Calvo aparece como lugar de memória do período de ocupação holandesa e do mito de Calabar, além do suposto aldeamento *Cucaú*, anteriormente mencionado.
- Na porção do rio São Francisco, *Piaçabuçu*, localizado próximo à foz, guarda a memória de lugar estratégico para a ocupação e controle desta legendária artéria fluvial. Porto Real do Colégio, rio acima, por sua vez, aponta registros que guardam a memória do território dos indígenas Kariri-Xocó.
- No agreste, os municípios de Arapiraca e Palmeira dos Índios, cujas sedes representam as duas cidades médias da região, respondem por registros de Lugares nesta escala. Para Arapiraca, a Feira, caracterizada como uma das principais da região Nordeste; o Morro do Massaranduba, lugar de encenação anual da Paixão de Cristo na Semana Santa; e o Sítio Fernando como lugar de preservação de Formas de Expressão vinculadas ao trabalho agrícola. Já sobre Palmeira dos Índios, há registros memoriais acerca do aldeamento indígena Xucuru-Kariri e, com imprecisão, que estes teriam sobre suas terras a própria fundação do município.

Para a porção sertaneja do estado não há registros na escala em tela. Observa-se, finalmente que 28 municípios alagoanos representam a escala de apenas 1 registro de Lugares de referência patrimonial imaterial, e 31 municípios não apresentam qualquer registro. Tais indicações encontram-se ilustradas no mapa a seguir correspondente a esta categoria, e emolduram as observações iniciais deste capítulo.

4.1.4 Celebrações



Procissão de Nossa Senhora do Pilar. Acervo MISA, s/d.

A categoria Celebrações obteve **cinquenta e quatro** referências na pesquisa, representando **10,40%** do universo total do patrimônio cultural imaterial de Alagoas. As **celebrações de natureza religiosa**, com quarenta e seis ocorrências, ocupam **85,2%** do total pesquisado nesta categoria.

Destas festividades de cunho nitidamente religioso, **68,5%** dizem respeito às **comemorações católicas**, que somam trinta e sete festas, e ocupam a primeira posição no universo pesquisado. É digno de nota o fato de que estas estejam registradas majoritariamente para os municípios de Maceió e Marechal Deodoro, ou seja, a atual e a anterior capital do estado de Alagoas. Em segundo plano, estas referências católicas aparecem nas cidades de Penedo e Coruripe, no litoral Sul, e Passo de Camaragibe e Matriz de Camaragibe no litoral Norte. Esta característica informa sobre os vínculos históricos das incidências nas povoações costeiras de Alagoas, ou seja, nas áreas das mais remotas povoações e onde se localizavam os maiores potentados políticos e econômicos do território alagoano baseados na *platation* estabelecida desde o período colonial brasileiro.

Em segunda posição, com **9,3%** deste total, aparecem os tipos de celebrações que poderemos agrupar sob a denominação de **festividades profanas**, com cinco manifestações. Dentre estas, o Carnaval, as retretas e festas associadas a determinados eventos históricos e culturais, como os casos das manifestações comemorativas à morte de Zumbi dos Palmares, em União dos Palmares e em Maceió, e a Festa do Vaqueiro, que tem lugar no município de Piranhas. Destas festividades profanas, sem dúvida é o Carnaval aquela que mais ocorrência apresenta em distintos pontos do território, atingindo seus registros nos municípios do litoral, do agreste e do sertão.

Em terceiro lugar, estão as **festividades ligadas às populações indígenas** de Alagoas, num total de cinco, que aparecem com **9,3%** do total. Estas são fortemente representativas de determinadas partes do território bem específicas, como o município de Palmeira dos Índios, nos limites entre a Zona da Mata e a região agrestina, na divisa com o Estado de Pernambuco, e, com menor incidência de registro, no município de Porto Real do Colégio, à margem do Rio São Francisco e antigo aldeamento indígena católico ao tempo das missões, e ainda no sertão alagoano, na cidade de Pariconha.

Em quarto lugar aparecem as festas vinculadas ao **universo religioso afro-brasileiro**, em número de quatro. Estas representam **7,4%** do total das celebrações elencadas na pesquisa, e têm na cidade de Maceió sua maior incidência registrada, como no caso da festa para o Orixá Oxum, registrada como memória, e ocorrendo no dia 08 de dezembro (curiosamente, a data em que, atualmente, há grande festividade nas praias alagoanas ao Orixá Iemanjá). Também para Maceió foram encontradas referências ao "Toque de Caboclo" e outras festas de louvação para diferentes Orixás⁸. Já o que a literatura consultada registrou como a "matação de animais" é festividade ritual apontada para diversos municípios alagoanos onde a presença dos cultos afro-brasileiros é reconhecida e anotada.

Em quinto e último lugar aparecem, com **5,5%** do universo pesquisado, as **celebrações associadas às atividades agrícolas**, com três ocorrências. Aí se destacam a "festa da botada", que consiste nas comemorações ao início da moagem anual da cana-de-açúcar, ocorrendo no ambiente das usinas, e o festival do amendoim, que tem lugar no município de Palmeira dos Índios.

⁸ A propósito desta incidência de referências religiosas afro-brasileiras em Maceió, uma pesquisa realizada em 2007 pelo Laboratório da Cidade e do Contemporâneo do Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas (LACC/ICS/UFAL) registrou 470 Casas de Cultos Afro-brasileiros na cidade. Uma vez que o critério utilizado para este levantamento foi o número de registros de cadastros nas três Federações existentes, é de se supor que este montante possa ser ainda maior, uma vez que muitos *terreiros* podem não ser cadastrados nas referidas entidades.

Por fim, valeria aludir ainda sobre este tópico da pesquisa que entre as festividades com ocorrências nos registros alagoanos nota-se, de modo inequívoco, a ausência daquelas celebrações de caráter cívico, seja de âmbito local ou nacional. Não se pode aferir do contexto da investigação levada a efeito as razões para esta constatação. Contudo, não parece fora de propósito que aqui se estabeleça possíveis nexos inteligíveis entre este fato e o baixo índice de vida social coletiva, que caracteriza a forma predominante dos relacionamentos entre os diferentes estratos sociais alagoanos e sua expressão cultural comum. Assim, uma forma ampliada de participação popular parece ser uma prerrogativa quase solitária dos folguedos e folganças festivas do povo.

Exceção, claro, às festas de devoção aos padroeiros católicos que, eventualmente, reúnem num instantâneo espaço-temporal representantes de altos e baixos escalões da sociedade no temor e louvor à fé e/ou no reconhecimento social do pertencimento ao catolicismo.

4.1.5 Edificações



Antigo edifício da Recebedoria (atual MISA), bairro de Jaraguá. Acervo do APA, s/d.

Do total de 519 registros do patrimônio cultural imaterial de Alagoas, somente **vinte e quatro** ocorrências, ou 4,65% do total, estão referidos a

categoria de Edificações. Destas, 21 (88%) se encontram íntegras e uma é apenas registro da memória da presença do *Xangô* em Maceió, representada no desaparecido **Terreiro de Tia Marcelina**. Dois registros não comunicam a respeito da condição atual: a **Capelinha do Sítio de Bebedouro**, no bairro de Bebedouro, e a **Capela Nossa Senhora da Comunicação**, em Santana do Ipanema.

Dentre as Edificações íntegras, 15 (63%) são relativas a **museus** - incluindo o **Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas** (IGHAL), no qual, além de outras, se encontra a coleção Perseverança, o único registro concreto da memória do acontecimento da *Quebra do Xangô*, ocorrido em Maceió, em 1912.

Os tipos de museus encontrados na pesquisa e, em alguns casos as características institucionais, encontram-se discriminados na planilha do IPHAN segundo as descrições oferecidas pelas fontes de referência. Assim, cabe aqui listar as unidades de museus existentes no estado de Alagoas e ulteriormente tecer alguns comentários sucintos.

São os seguintes os museus abrigados no estado de Alagoas:

1	Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.	Maceió
2	Museu Théo Brandão	Maceió
3.	Museu da Arte Brasileira	Maceió
4.	Museu da Imagem e do Som	Maceió
5.	Museu de Arte da Fundação Pierre Chalita	Maceió
6.	Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas	Marechal Deodoro
7.	Museu Casa de Marechal Deodoro da Fonseca	Marechal Deodoro
8.	Museu do Baixo São Francisco	Penedo
9.	Museu Casa do Penedo	Penedo
10.	Museu Casa de Graciliano Ramos	Palmeira dos Índios
11.	Museu Xucurus	Palmeira dos Índios
12.	Museu Casa de Jorge de Lima	União dos Palmares
13.	Museu José Aloísio Vilela	Viçosa
14.	Museu do Sertão	Piranhas
15.	Museu de Santana do Ipanema	Santana do Ipanema

Fazendo ressalvas ao caráter heróico da gestão das instituições privadas - como o **IGHAL**, anteriormente aludido, e o **Museu Casa do Penedo** (este com biblioteca especializada na história do lugar, arquivo iconográfico com cerca de cinco mil peças e arquivo histórico documental informatizado, além de moderno auditório); ou ao **Museu Théo Brandão**, (vinculado à Universidade Federal de Alagoas, especializado em antropologia e folclore e protetor do acervo documental do importante folclorista alagoano Théo Brandão), é obrigatória a observação a respeito do estado de abandono e esquecimento da grande

maioria dos museus identificados no estado de Alagoas, muito especialmente aqueles de responsabilidade do Poder Público. É o caso do **Museu Casa de Graciliano Ramos**, situado na cidade de Palmeira dos Índios e tombado como Patrimônio Histórico e Cultural do IPHAN, em nome da conservação de uma das residências e das próprias referências de uma das mais valiosas jóias da literatura brasileira.

Como regra geral, a capacidade de gestão de todas as Edificações que abrigam equipamentos culturais é gravemente constrangida por toda sorte de adversidades operativas e deficiências financeiras para a conservação e utilização do patrimônio, em que pese os diferentes graus. Ainda que não se constitua como museu, é particularmente alarmante a condição de existência da Edificação **Sobrado do Barão de Jaraguá**, situado no Centro da cidade de Maceió, cujo patrimônio arquitetônico se entretetece nas funções sociais da Biblioteca Pública Estadual de Alagoas e do Arquivo Público abrigados na Edificação, cujas condições estão diagnosticadas no capítulo 3.

Além das Edificações do **Museu de Arte da Fundação Pierre Chalita**, em Maceió, e o **Museu de Arte Sacra do Estado de Alagoas**, em Marechal Deodoro, ambos dedicados à arte sacra cristã; e do **Museu Casa de Marechal Deodoro da Fonseca**, em Marechal Deodoro, dedicado à memória cívica do Proclamador da República, todas as demais Edificações abrigam museus representantes de cunho identitário regional e guardam ou deveriam estar guardando a memória da construção social do território alagoano e da diversidade étnica dela imanente. À relação dos museus já mencionados, cabe acrescentar:

- O **Museu da Imagem e do Som**, situado no bairro do Jaraguá, em Maceió, cuja Edificação recebeu restauração recente, guarda a memória fonográfica e imagética do estado, sob condições de acervo também diagnosticadas no capítulo 3;
- O **Museu da Arte Brasileira**, também situado no mesmo bairro, destina-se a abrigar coleções de obras de artistas plásticos brasileiros pertencentes ao acervo da Fundação Pierre Chalita;
- O **Museu Casa de Jorge de Lima**, em União dos Palmares, conserva a memória do poeta alagoano de referência nacional;
- O **Museu do Baixo São Francisco**, edificado em um histórico sobrado de Penedo, além de oferecer espaço para exposição de artes plásticas, conserva peças de significativa representação da cultura popular local;

- O **Museu do Sertão**, abrigado na Edificação da Estação Ferroviária de Piranhas, guarda aspectos da memória regional, do cotidiano sertanejo e da presença histórica do cangaço naquela porção do sertão;
- O **Museu Xucurus**, sediado na Edificação Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, no Centro da cidade de Palmeira dos Índios, guarda a memória da presença imemorial do grupo indígena Xucuru na região, além de objetos que poderiam vir a representar história da cidade;
- O **Museu José Aloísio Vilela**, em Viçosa, além de sediar a biblioteca pública guarda o acervo etnográfico particular coletado por este folclorista local, assim como aquele de Manoel Brandão Vilela, igualmente filho do lugar, além de objetos relacionados à história da cidade.
- Finalmente, o **Museu de Santana do Ipanema**, localizado nesta cidade, também além de sediar a biblioteca pública guarda objetos representativos da história da cidade daquela porção sertaneja.

Como sabido, os museus são instrumentos da reprodução social, lugar de preservação da memória social, entendido este conceito não só como preservação do passado, mas como possibilidade de atualização de representações sociais do presente e da própria percepção de pertencimento territorial. Por mobilizarem a afetividade e a identidade local, os museus valorizam a vida urbana, assim como os espaços urbanos nos quais estão localizados, sendo por isso de importância cabal para a preservação da identidade dos povos e dos grupos sociais (Choay, 2001).

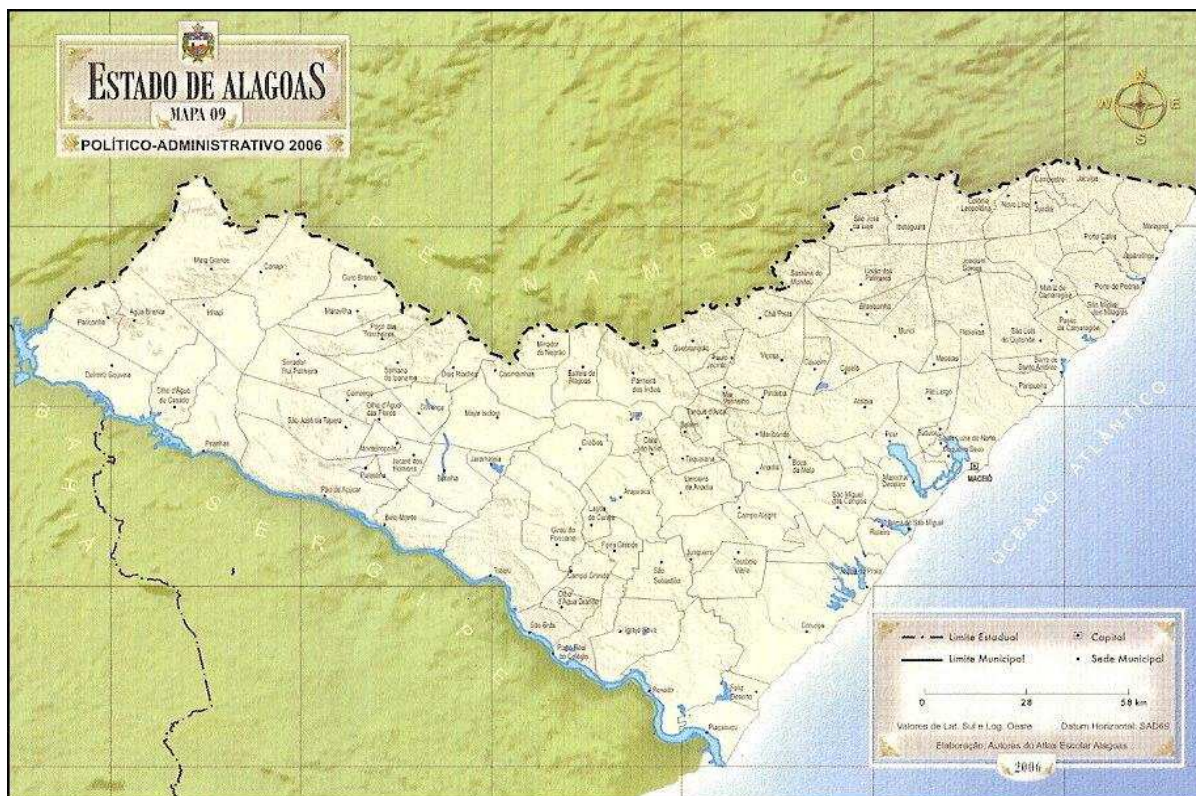
Para um estado da Federação que abarca um território aproximado de 27.000 km², é significativa a quantidade de museus existentes em Alagoas. A gravidade do problema reside no cumprimento da função social destes equipamentos culturais. De acordo com Poulot (2001), a função social de um museu está sustentada em cinco responsabilidades: colecionar, conservar, estudar, interpretar e expor (comunicar). Com efeito, museus que, com grande dificuldade, conseguem atingir tão somente a responsabilidade de colecionar, sem obter as devidas garantias para executar as responsabilidades sociais de conservação, estudo e interpretação de si próprios, fatalmente sofrem graves comprometimentos nas responsabilidades de comunicar a função social que lhes está destinada.

4.2 Distribuição espacial do conjunto das referências do patrimônio cultural imaterial de Alagoas

Após a quantificação das informações levantadas nas fichas de coleta de dados dos acervos, e daí transpostas para as planilhas Excel, foi possível quantificar e por em perspectiva a distribuição no território alagoano do conjunto das referências do patrimônio cultural imaterial.

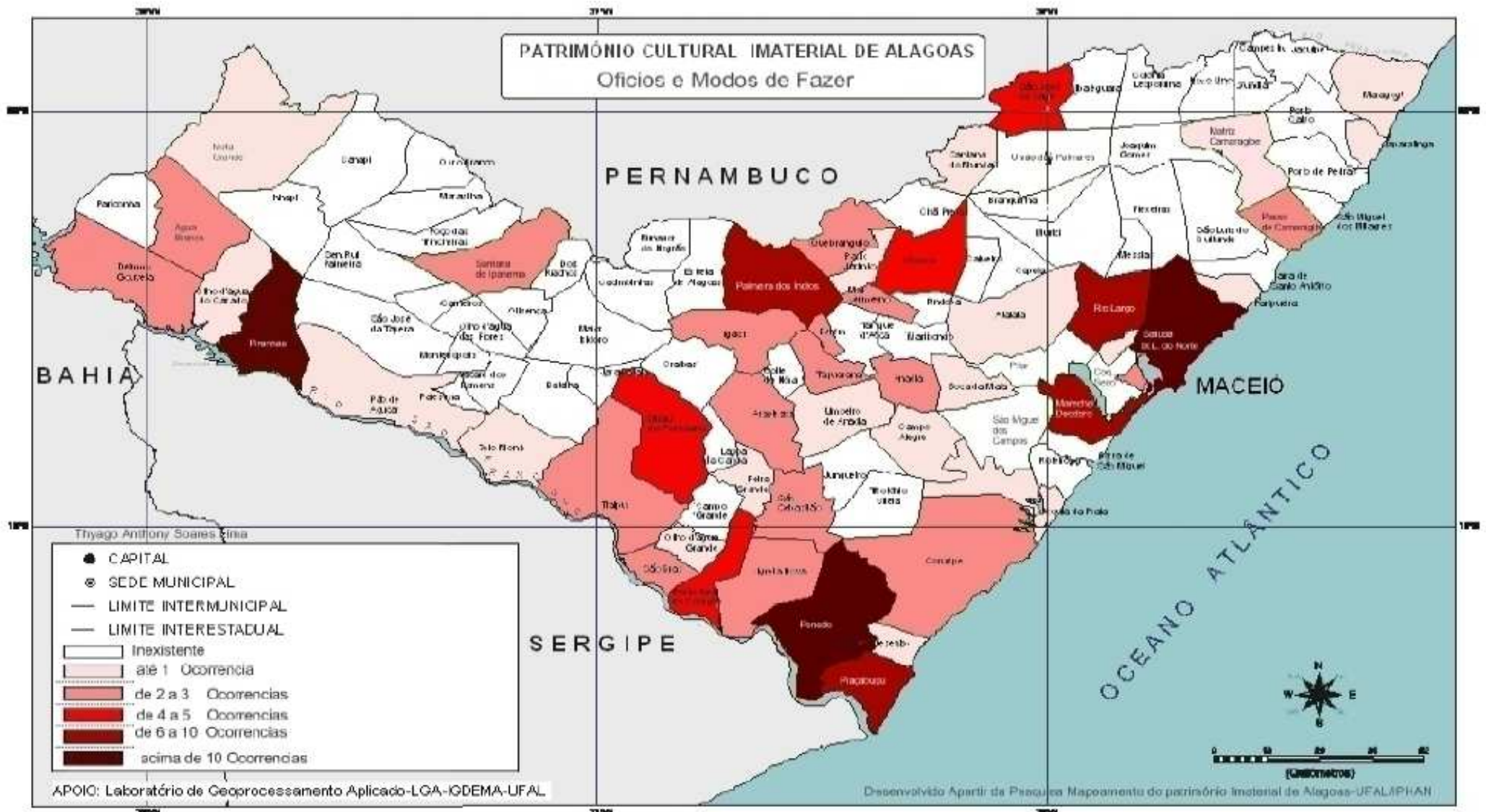
Para efeito de melhor visualização e compreensão de sua distribuição, a seguir é apresentado o mapa político-administrativo do Estado de Alagoas. Em seguida, as cinco categorias do patrimônio imaterial recebem, individualmente, o tratamento de suas incidências e distribuição no território. Por último, é apresentado em um mapa geral único todas as referências culturais levantadas.

Mapa político-administrativo de Alagoas - 2006

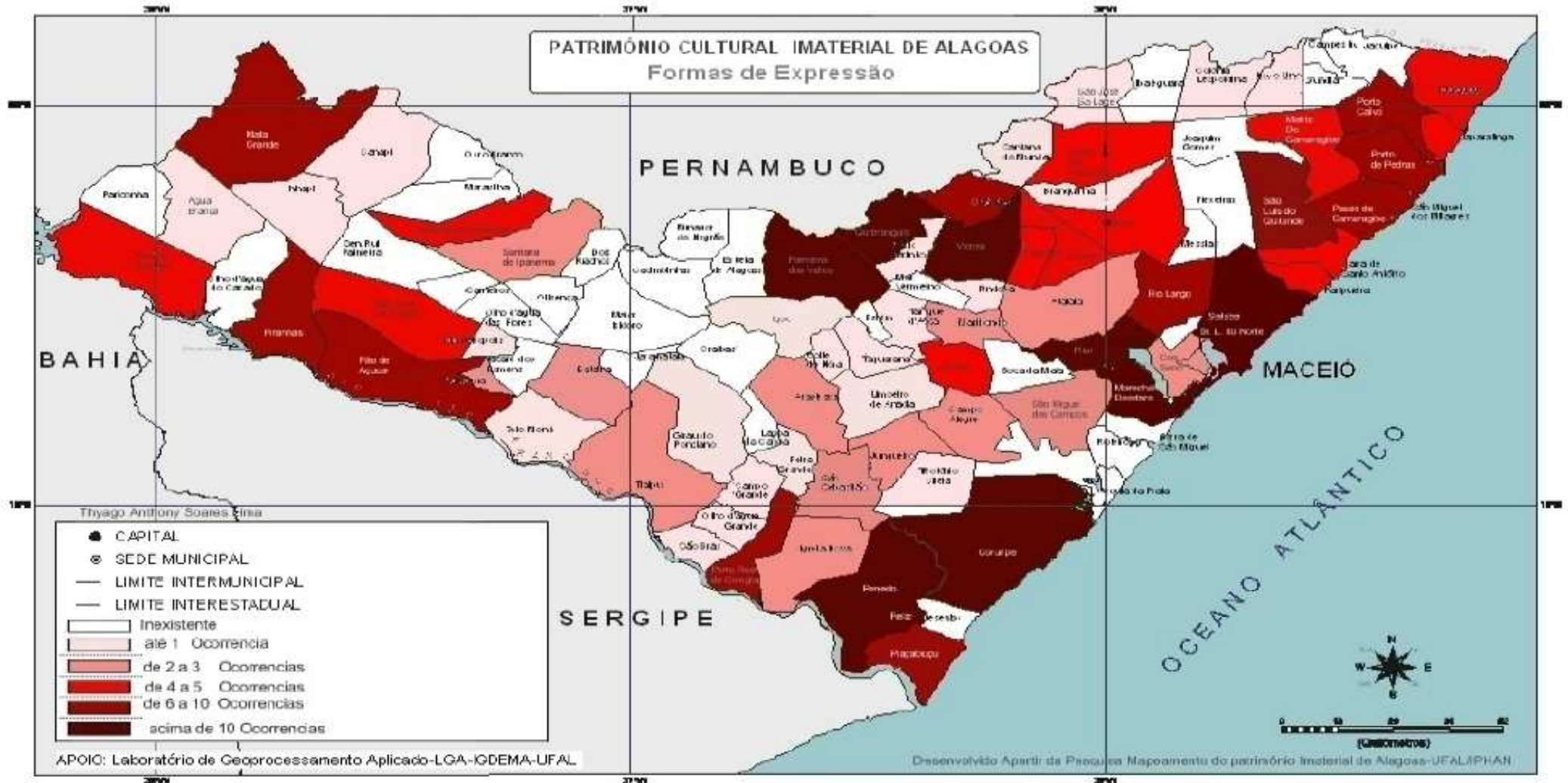


Fonte: Assis et al. **Atlas Escolar de Alagoas**, 2007, p.21.

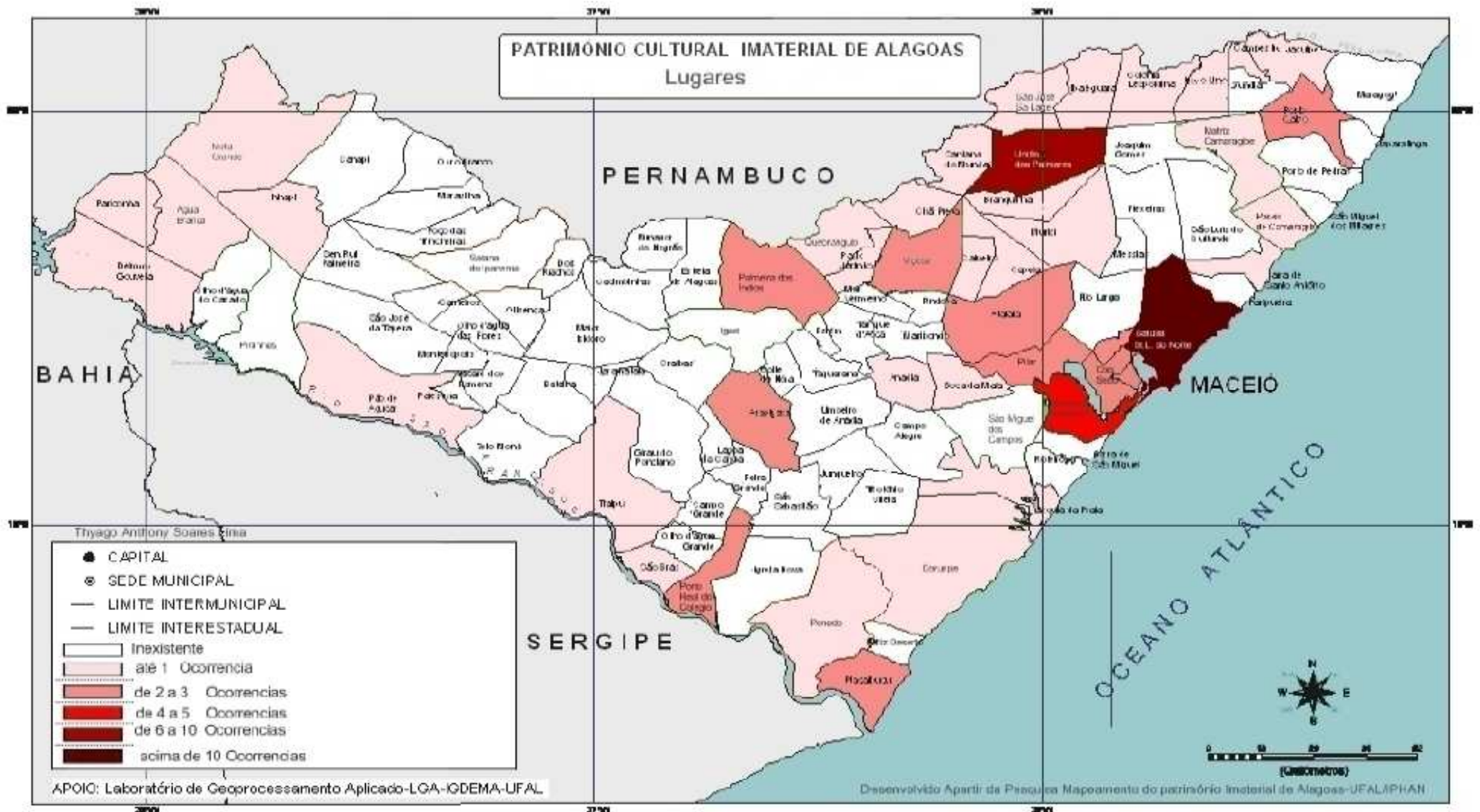
4.2.1 Ofícios e modos de fazer



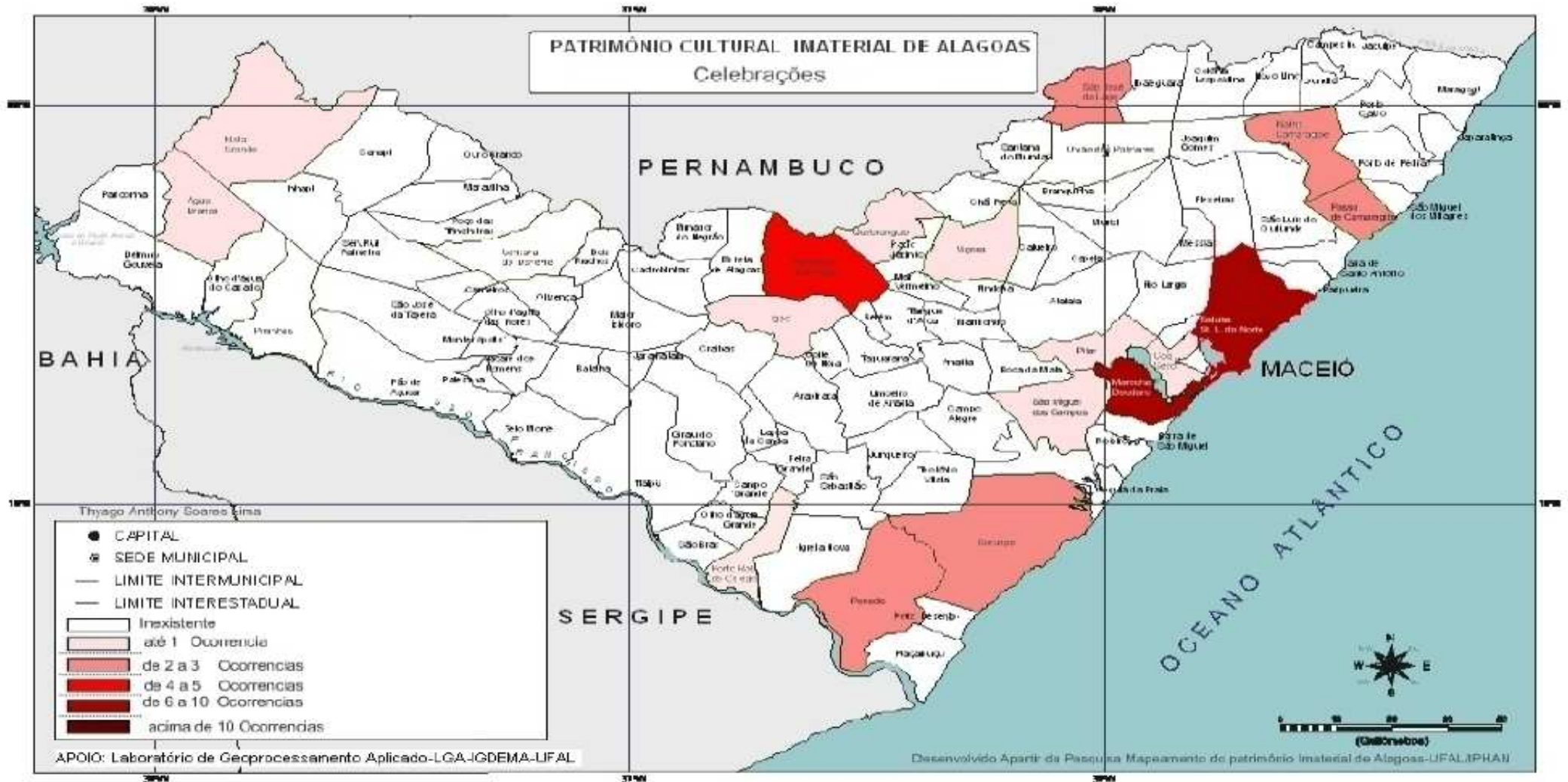
4.2.2 Formas de expressão



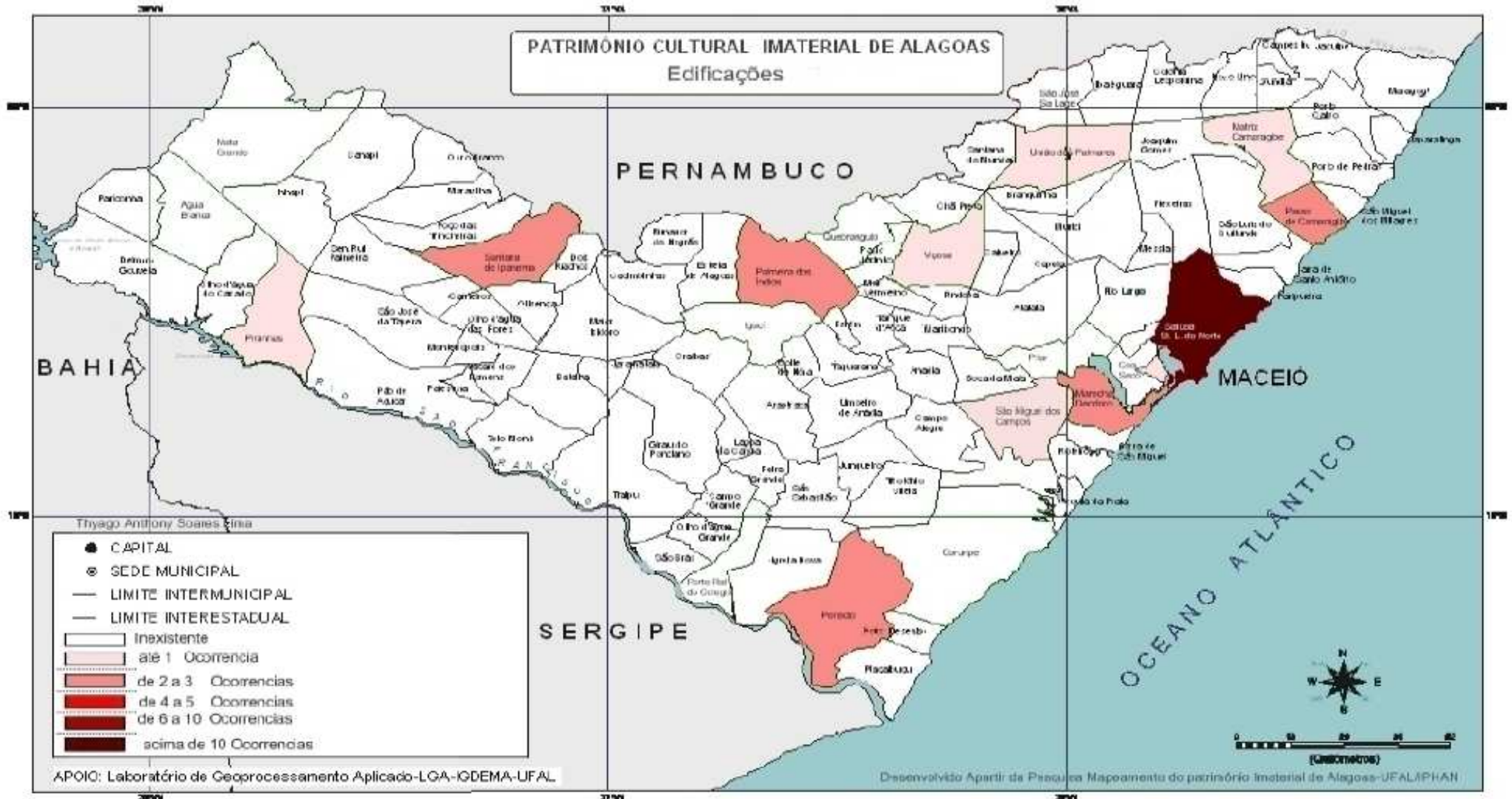
4.2.3 Lugares



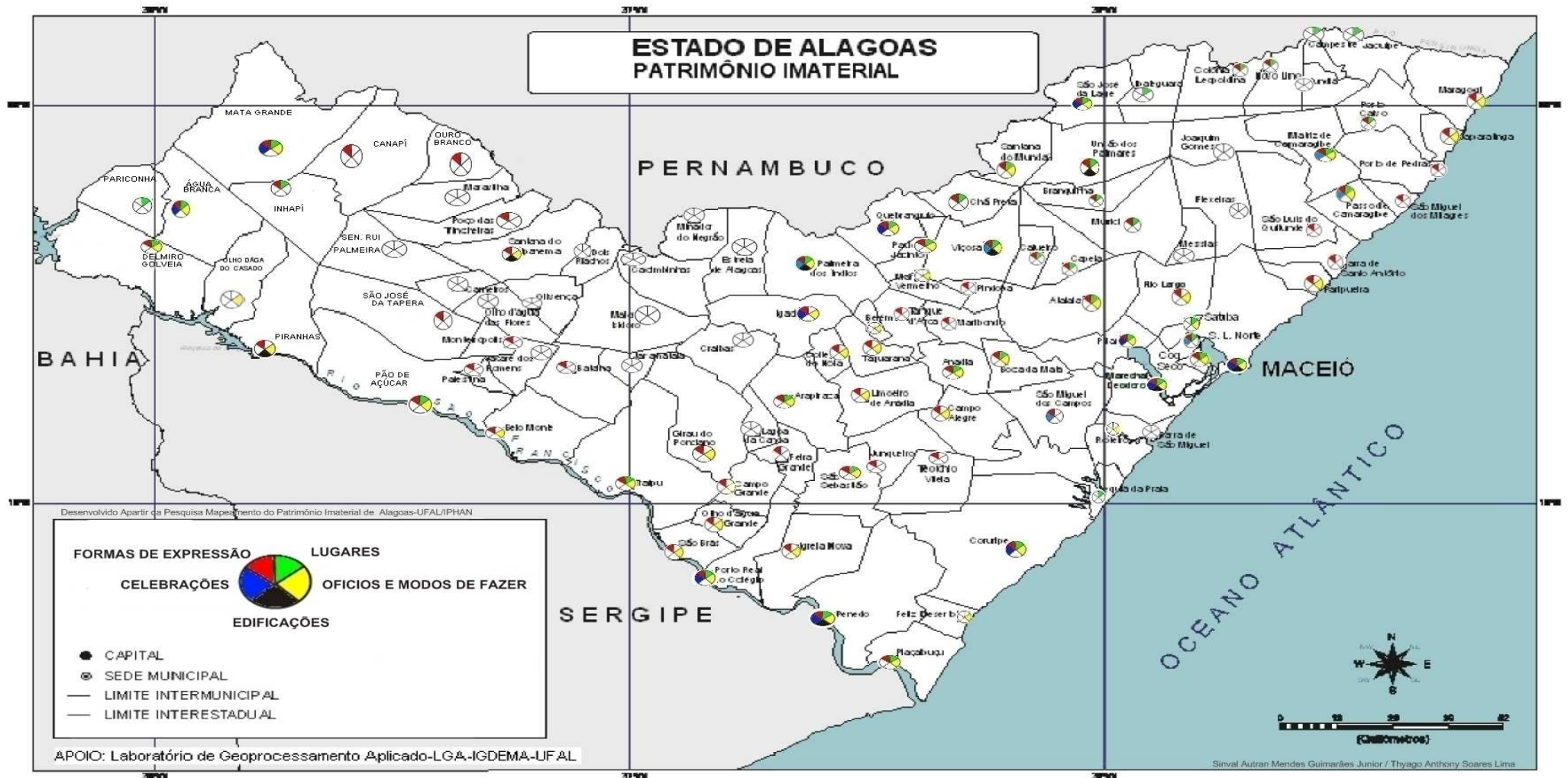
4.2.4 Celebrações



4.2.4 Edificações



4.2.6 Mapa Geral da distribuição territorial do patrimônio cultural imaterial de Alagoas



Fonte: Mapa elaborado pelo Laboratório de Geoprocessamento Aplicado - LGA/IGDEMA/UFAL, a partir dos dados fornecidos pela equipe da pesquisa.

5 CONCLUSÕES

Seguindo o que foi exposto neste relatório, pode-se afirmar que a sistematização das informações sobre as referências culturais de Alagoas é, com vistas à sua caracterização como patrimônio cultural imaterial, uma iniciativa inédita no âmbito local. A partir deste material aqui apresentado, e mais detalhadamente referenciado nas planilhas, poderão ser desenvolvidas novas pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento interligadas à reflexão sobre a cultura, a sociedade e o território em questão dessas referências culturais. Notadamente devido ao estado absolutamente disperso e fragmentado das fontes disponibilizadas, mas também pelo recorte analítico que a noção de patrimônio imaterial evoca.

Mesmo que os resultados apresentados não abarquem a totalidade de obras produzidas em Alagoas, mas tão somente aquelas disponibilizadas nos acervos estudados na cidade de Maceió, seguramente trata-se de uma amostragem expressiva como sistematização dos registros de fontes documentais, iconográficas e sonoras locais. A continuidade deste tipo de investigação poderá atenuar possíveis falhas que tenham como consequência direta a omissão de obras importantes sobre o tema, e que pelas razões já aludidas no relatório acabaram por não constarem nesta pesquisa.

Por outro lado, a publicização dos resultados da pesquisa haverá de contribuir, de algum modo, para uma maior ressonância (Cf. Gonçalves, 2005) do patrimônio cultural imaterial, e para ressaltar o importante papel social dos arquivos e bibliotecas, algo a ser mais considerado em políticas públicas de cultura. O que inclui, obviamente, a valorização de estudos e pesquisas das referências culturais do presente e do passado no Estado. Isto poderá somar em favor da modificação das condições gerais dos equipamentos culturais envolvidos com a preservação da memória, não raro com problemas infra-estruturais e físico-financeiros, de pessoal qualificado, e ainda de atualização e preservação de seus acervos, unindo-se às dificuldades encontradas pelos produtores culturais para registrarem e divulgarem suas obras.

Como ficou demonstrado no relato de cada uma das referências do patrimônio cultural, a maior concentração de incidências em determinadas partes do território, como a Zona da Mata e o Litoral, revela um destaque que se explica tanto pela antiguidade do processo de ocupação, desde o período colonial, quanto pelo fato de que nessas localidades encontram-se as cidades que mais geraram condições de desenvolvimento da produção científico-literária e maior acolhimento aos registros assim elaborados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSIS, José Santino de; ALVES, A. L.; NASCIMENTO, M. C. do

Atlas Escolar Alagoas: espaço geo-histórico e cultural. João Pessoa: Editora Grafset, 2007.

ABREU, Regina *Quando o campo é o patrimônio.* Comunicação ao Seminário "Quando o Campo é o Arquivo: etnografias, histórias e outras memórias guardadas", promovido pelo CPDOC e LAH/IFCS/UFRJ em 25 e 26 de novembro de 2004. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil - CPDOC/FGV, 2004, 25p. (disponível em www.cpdoc.fgv.br).

CASCUDO, Luís da Câmara **Geografia do Brasil Holandês.** Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1956.

_____. **Geografia dos Mitos Brasileiros.** 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1976.

CHOAY, Françoise, **A alegoria do patrimônio.** São Paulo: Estação Liberdade: editora UNESP, 2001

DUARTE, Abelardo **Folclore Negro das Alagoas.** Maceió: SERGASA, 1975.

DIÉGUES JR., Manuel **Folguedos Populares de Alagoas.** Maceió: DAC, 1958.

GONÇALVES, José Reginaldo S. *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônios,* in **Horizontes Antropológicos.** Porto Alegre, ano 11, n. 23, pp.15-36, Jan. - Jun. 2005.

Inventário Nacional de Referências Culturais: Manual de

Aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: MINC/IPHAN/Departamento de Identificação e Documentação, 2000, 156p.

LIMA, Ivan Fernandes **Ocupação Espacial do Estado de Alagoas.** Maceió: SERGASA, 1992.

MARROQUIM, Mário **A Língua do Nordeste – Alagoas e Pernambuco.** 3ª ed. Curitiba: HD Livros Editora, 1996.

MENDONÇA, Renato **A Influência Africana no Português do Brasil.** 2ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1935.

POULOT, Dominique, **Patrimoine et musées: l' institution de la culture.** Paris: Hachette livres, 2001.

RAMOS, Arthur **As Culturas Negras no Novo Mundo.** 4ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1979 (Col. Brasileira vol. 249).

_____ **O Folk-Lore Negro do Brasil demopsychologia e psycanalyse,** Rio de Janeiro:Civilização Brasileira, 1935.

SIMÃO, Lucieni de Menezes *Os mediadores do patrimônio imaterial,* in **Sociedade e Cultura,** v.6, n.1, pp. 50-70, jan. - jun. 2003.